



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 051

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 051

6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02

Expediente:

Requerimentos	02
Projetos de Lei	03

Ordem do Dia:

Discussão/Votação	
2ª Discussão (Votação em)	03

Encerramento da Sessão41

DIÁRIO Nº 051

6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Stephanes Júnior e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezoito horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duflío Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli e Miltinho Pupio (02).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação, da Emenda nº 09 de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 170/08, oriundo da Mensagem nº 015/08 e constante na presente Ordem do Dia Extraordinária.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação, das Emendas nºs 05, 06, 07 e 08 de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 170/08, oriundo da Mensagem nº 015/08 e constante na presente Ordem do Dia Extraordinária.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1184

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão Extraordinária por 2h30, com base no artigo 86 do Regimento Interno deste Poder.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1185

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada nova Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Extraordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 202/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública a AMOVIT - Associação de Moradores da Vila Tecnológica - Bairro Novo, com sede na cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade não governamental, tendo sua sede situada na cidade de Curitiba/PR.

Conforme breve relatório das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/08, que objetiva a criação, extinção e transformação de cargos de provimento em comissão, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, AO
PROJETO DE LEI Nº 097/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 097/08, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade criar, extinguir e transformar cargos na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná. O projeto já recebeu parecer favorável, com adoção de emenda aditiva, quando da 1ª discussão nesta Comissão. Seguindo em seu trâmite regimental, chegou à discussão em plenário desta Casa de Leis, oportunidade em que recebeu a presente emenda aditiva, que tem por escopo reservar três cargos comissionados, tipo DAS-1, de Direção para os Hospitais Universitários do Paraná.

Da Legitimidade

Princiando a análise, cumpre dizer que a legitimidade está aferida, na medida em que cabe a este Parlamento emendar projetos de autoria do Poder Executivo, desde que não acarretem aumento de despesa. Ademais, consoante se deduz do parecer inicial, proibir ao Poder Legislativo a possibilidade de apresentação de emendas e de discussões é fato que fere tanto a separação e independência dos

Poderes, como o próprio sentido de república, ao passo que o processo legislativo não ocorrerá, fazendo deste Poder apenas observador do Poder Executivo. Indo além, é tolher a competência primeira do Parlamento, qual seja, legislar. Apenas para reforço do que já se disse, forçoso se dizer que a emenda não traz elevação de despesa para os cofres públicos.

Do objeto material da propositura

No que atine ao objeto material, necessário que se façam certas colocações. Primeiro: não é recomendável que, num texto que obterá força de lei utilize-se o termo "...ficam reservados...", pelo fato de trazer incertezas quando da aplicação do texto legal. Exsurge, outrossim, certas perguntas, tais como: Esses cargos criados para hospitais universitários substituirão os cargos que se criam no molde original da mensagem do Governo? Ou estão sendo criados os cargos? Ainda na mesma traça pergunta-se, qual o porte dos hospitais universitários a serem atingidos pela emenda, visto que para cada porte haverá uma remuneração diferente? Esses questionamentos não encontram resposta nem na emenda tampouco em qualquer outra documentação acostada à mesma. Nesta matéria, importante que se entenda o conceito da palavra reservar, que segundo o dicionário Michaelis significa:

reservar

re.servar

(lat reservare) vtd 1 Pôr de reserva; fazer reserva de; conservar; guardar; Sempre reserva alguma coisa para as ocasiões extraordinárias. Reservei este assunto para o último capítulo. vtd 2 Destinar para certa pessoa, ocasião ou fim: Quem sabe o que o futuro lhe reserva? Reservara provisões para o inverno. vtd 3 Guardar para si: Propõe-me rescindir o contrato, mas reserva a razão da proposta. vtd 4 Defender; livrar; preservar: Sua prudência reservou-o de graves infortúnios. vpr 5 Esperar para mais tarde fazer ou dizer uma coisa: Reservou-se para melhor oportunidade. vpr 6 Ser discreto; ser prudente no que faz ou no que diz.

A partir dessa definição, pode se bifurcar, para o efeito deste projeto a palavra como sendo:

1) reserva no sentido de garantia, de separação dos cargos criados pelo projeto, no artigo 1º para esses três dos hospitais universitários. Mas essa acepção não há que ser aceita pela falta de técnica legislativa no posicionamento do texto; como também pelo texto não dispor exatamente dessa forma.

2) reserva no sentido de criação de três novos cargos, situação que também não ensejaria a aprovação, visto que aumentaria despesa para os cofres públicos. Como já se noticiou no início deste parecer, não pode o Legislativo aumentar despesa em projeto de iniciativa do Poder Executivo, por não deter controle o conhecimento necessário para dispor sobre as finanças públicas. Neste sentido o STF tem decidido em inúmeras vezes, como no julgamento que ora se transcreve:

ADI 1729/RN - Rio Grande do Norte

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 28/06/06 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJ 02/02/07 PP-00070 EMENT VOL-02262-01 PP-00204 LEXSTF V. 20, n. 340, 2007, p. 410-55

Parte(s)

REQTE: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ADVDS: PGE-RN - FRANCISCO DE SOUZA NUNES E OUTRO

REQDO: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ementa

EMENDA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 6782 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A ELE ACRESCIDO PELA LEI Nº 6991/97. EMENDA PARLAMENTAR A PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. CONCESSÃO DE VANTAGEM PESSOAL A SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 63, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Reconhecimento de generalidade e abstração suficientes ao ato normativo. Possibilidade de exame de constitucionalidade na via do controle concentrado. Preliminar rejeitada 2. A iniciativa de projetos de lei que disponham sobre vantagem pessoal concedida a servidores públicos cabe privativamente ao Chefe do Poder Executivo. Precedentes. 3. Inviabilidade de emendaS que impliquem aumento de despesaS a projetos de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. 4. Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo 2º do artigo 1º da Lei nº 6782/95, a ele acrescido pela Lei nº 6991/97, ambas do estado do Rio Grande do Norte.

Prosseguindo, por uma visão atenta à técnica legislativa também encontrará vício na forma da emenda apresentada. O posicionamento como parágrafo único do artigo 4º, que trata da vigência da lei, não pode prosperar, visto que está a se tratar de assunto relativo ao artigo 1º. Assim sendo, deveria ser transmudado o texto do projeto para o artigo 1º do projeto, para que se concretizasse a pertinência temática apropriada. Assim, vem à lume outra ilegalidade da emenda.

Conclusão

Por todo o exposto, nosso parecer é pela rejeição da presente emenda aditiva, visto o desatendimento da legalidade.

Sala das Comissões, em 13/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Artagão Júnior, Luiz Carlos Martins, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Carlos Simões, Luiz Claudio Romanelli, Douglas Fabrício e Francisco Bühner.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda da CCJ.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrário à emenda da CCJ.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Queria chamar a atenção de V. Exa., porque esta emenda da CCJ foi uma emenda em que houve um empate na Comissão de Constituição e Justiça e o desempate favorável à constitucionalidade desta emenda que é, flagrantemente, inconstitucional, foi, com o devido respeito que tenho pelo Presidente da Comissão, Deputado Durval Amaral, por decisão do Presidente no voto de qualidade que é um direito até pelo Regimento, aliás...

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Deputado Romanelli, desculpe.

Temos duas emendas aqui nesse projeto, uma na página 26 e outra na página 27.

Então, o que estamos discutindo neste momento é a emenda aditiva?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É a emenda da CCJ

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Pois é, Sr. Presidente, tem duas emendas...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É emenda aditiva sim.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

E a emenda aditiva que diz o seguinte: fica acrescentado o artigo 4º ao presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Isso, isso.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Romanelli, desculpe, mas só para poder acompanhar.

E V. Exa. não fique fazendo gracinha, porque quero acompanhar, são duas emendas e ninguém anunciou qual era a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. interrompeu o meu raciocínio e eu aqui, respectivamente, ouvi V. Exa. Eu não fiz nenhuma gracinha.

(**Discussões paralelas**)

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Mas eu não posso permitir que o senhor fique fazendo gracinha.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas que gracinha que eu fiz, Exa? Desculpe, o senhor queria que eu chorasse aqui quando V. Exa. falasse.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Não, chorar não, mas eu vi sua expressão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perguntei aqui à assessoria técnica da Liderança do Governo qual era a emenda que V. Exa, queria se referir. Nós, claramente, desculpe, V. Exa. vou retomar aqui o meu raciocínio, porque o que interessa é a discussão da emenda, e não vou ficar debatendo com V. Exa. sobre esse tema, até porque V. Exa. é um Parlamentar por quem tenho o maior respeito e o nosso relacionamento...

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Também tenho o maior respeito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

E um relacionamento absolutamente cordial.

Mas quero encaminhar, Exa., no seguinte sentido: da rejeição da emenda da CCJ. Aqui neste plenário, independente de ser Situação ou Oposição, temos Parlamentares que já exerceram cargos na Administração Pública. O Deputado Jocelito já teve o privilégio de ser Prefeito de Ponta Grossa; Deputado Felipe Lucas foi Prefeito de Irati; o Deputado Pugliesi foi Prefeito, Secretário de Estado; a Deputada Beti foi Prefeita; o Deputado Cheida, Prefeito de Londrina; Deputado Dobrandino de Foz; Deputado Belinati, tri-Prefeito de Londrina - estou citando - Deputado Valdir Rossoni, Prefeito da nossa querida Bituruna, da grande Bituruna, União da Vitória pertence à região metropolitana de Bituruna, digo isso pela experiência que o Deputado Valdir Rossoni tem outros Parlamentares têm essa experiência. Deputado Teruo Kato, reclama até de eu não ter lembrado, foi Prefeito de Paranavaí; Deputado Péricles, V. Exa. foi Prefeito de Ponta Grossa, também fez uma boa gestão. Outros querem ser Prefeitos, estou citando os Prefeitos, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. também quer ser Prefeito de Ponta Grossa, tem vontade.

A natureza dessa emenda, Presidente, Secretário Nelson Justus, imaginem o seguinte: V. Exas. foram Prefeitos, nomearam Secretários e Diretores. V. Exas. que foram Secretários de Estado, foram nomeados por uma

decisão de um governante constitucionalmente eleito, legitimamente eleito, ou os que foram Prefeitos nomearam Secretários e Diretores. Ora, o que estamos votando aqui, hoje, é justamente uma emenda aditiva da CCJ feita por um Parlamentar que aliás pretende ser ele Prefeito de Foz do Iguaçu. E eu até de certa forma dizia para ele: você certamente fará um concurso público para nomear seus Secretários no município de Foz do Iguaçu. Porque os cargos em comissão, Exas., eles são chamados cargos demissíveis. Deputada Rosane Ferreira, imagine, a senhora quer ser Prefeita de Araucária, a senhora chega lá para ser Prefeita...

Já acabou o tempo Exa.? Perdi um tempão e não argumentei tecnicamente, só falei politicamente. Queria dizer, imagine a senhora administrar com a equipe do atual Prefeito. Então, Exas., o que se trata aqui, na verdade, são cargos de gestão da Saúde. Não é legítimo nem para este Governo e nem para os próximos Governos que virão, terem cargos que são cargos em comissão e que têm uma natureza jurídica diversa dos cargos efetivos que são de provimento por concurso público e eles são, claro, por qualificação dos profissionais. Mas, são cargos de gestão da área da Saúde, de uma política pública que é dirigida por um Secretário que é nomeado por um Governador legitimamente escolhido pelos paranaenses, e as pessoas são pessoas de confiança, são pessoas que formam uma equipe, a grande maioria servidores públicos de carreira, a grande maioria, há exceções, há claramente exceções.

Sr. Presidente, peço a tolerância de 30 segundos - mas toda essas pessoas, uma grande parte desses cargos que estão sendo criados, as pessoas já estão dirigindo as unidades, outros tantos se incorporarão, é a nova rede hospitalar. Os cargos só serão preenchidos quando os hospitais ficarem concluídos, antes disso não, mas já há hospitais ficando prontos e precisamos votar esses cargos. Por isso, Sr. Presidente, agradeço a tolerância, mas peço a todos, a nossa Bancada e também a Oposição, quem conhece Administração Pública, pela rejeição dessa emenda da CCJ, votando com a expressão NÃO.

Agradeço.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Pedimos para discutir o projeto. Regimentalmente, há uma discordância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim. Estou sendo nenhum pouco rigoroso, o Deputado falou sete minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Mas para discutir regimentalmente é 10 minutos.

Lembro-me de um acordo feito já na sua mesa, tudo foi acordado, apenas uma opção, a Oposição não concordou no tempo regimental da discussão. Gostaria que V. Exa. compreendesse.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos chegar num meio termo, sete minutos e meio dá para todos.

Pela ordem, Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Só para lembrar, o Deputado Romanelli foi apartado no encaminhamento e o encaminhamento não pode ser apartado, por isso diminui o tempo do Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Esse Projeto de Lei nº 097, ele na verdade cria 181 cargos, extingue 184 cargos e remaneja um cargo.

Quero fazer o ponto de contraditório com o Deputado Romanelli, Líder do Governo, uma pessoa que merece o meu respeito. Mas, sou uma funcionária pública de carreira e tudo o que precisa na carreira do servidor público para que possamos trazer qualidade para o serviço público é a possibilidade de você ocupar cargos por mérito. É tudo o que precisamos.

Há mais ou menos um mês fizemos uma Audiência Pública, convocada pelo Presidente da Comissão de Saúde, Ney Leprevost, e lá discutimos esse projeto. Na verdade, estamos vendo seriam entregues os novos hospitais. Me posicionei perante o Dr. Gilberto, Secretário Estadual da Saúde, e disse que era a favor da criação dos cargos. Precisamos ter cargos, mas tínhamos que defender a possibilidade desses cargos serem ocupados por profissionais de carreira.

Entrei no serviço público como estagiária de enfermagem, tive que trancar a minha faculdade, virei atendente de enfermagem. Conclui a minha faculdade, prestei um concurso público, virei Coordenadora de uma unidade, depois Supervisora de uma rede e fui para a direção de departamento. Por não concordar com a interferência política partidária dentro das políticas de Saúde, um dia me filiei a um partido político. Nunca mais ocupei cargo, embora tivesse uma pós-graduação, uma especialização.

Essas interferências da política partidária dentro das políticas públicas são muito maléficas. Concorde que os cargos sejam criados, mas porque não escolher dentre os quantos servidores públicos. Há de ter servidores com competência para exercer, para galgar esses cargos. O que é preciso para que uma enfermeira chefie uma unidade, um médico chefie um serviço, ele precisa o quê? Competência técnica. Não vejo que dentro da carreira, dentre os milhares de servidores públicos que nós temos, não consigamos ter alguém para dirigir um dos hospitais, chefiar os serviços. Essa coisa toda.

É por isso que defendo a emenda do Reni Pereira e digo mais, no meu pouco entendimento, tenho só um ano nesta Casa, essa emenda já estaria automaticamente

aprovada, porque ela fazia parte do projeto. Até não me convenci de que quando se aprovou o projeto, sendo ela um aditivo do projeto inicial, ela não tenha sido aprovada automaticamente.

As pessoas aqui presentes, os membros da CCJ até tentaram argumentar e me convencer do contrário, mas não entendo, acho que o novo Regimento tem que deixar essas coisas muito claras para nós, para que não esteja só sujeita à interpretação da maioria. Isso tem que ficar mais claro no Regimento. Mais uma vez volto a frisar. É preciso que o servidor público tenha um Plano de Cargos e Salários. É preciso que o servidor possa ter a sua avaliação por mérito, por dedicação ao serviço, por competência técnica e possa vir a galgar cargos dentro da Administração Pública e ter remuneração própria para isso.

Isso é que vai fazer a diferença, isso que vai trazer qualidade aos serviços públicos. Hoje o servidor faz um concurso público, ingressa no serviço, ele trabalhando muito bem ou nem tanto, ele é avaliado igual. Ele galga conforme a antiguidade, tanto tempo ele tem de serviço. Se ele for bom, medíocre ou excelente, nada disso importa. O que importa é a camisa partidária que ele veste. Isso não melhora nunca o nosso serviço.

Quero chefiar, ocupar uma direção de departamento lá na Prefeitura, tenho que adivinhar, Deputado Jonas, quem é o próximo Prefeito que vai ganhar e de preferência colocar o adesivo, a camiseta, estar do lado dele, pedir voto, não importa a índole, quero resolver o meu problema, é assim que eu galgo uma chefia.

Tudo isso é que faz com que eu continue defendendo. Talvez não tenha sido a melhor maneira, talvez o Deputado Reni tenha cometido um equívoco e vamos fazer um concurso para Diretor-Clínico do hospital, mas quero deixar registrado aqui a minha posição. Não precisamos fazer concurso para direção clínica do novo hospital estadual, mas, há de ter dentre os servidores de carreira um médico habilitado para dirigir esse hospital.

Gostaria muito que fosse revista essa relação com os servidores públicos de carreira.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício, por ordem de inscrição.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Queria, Sra. Presidente, fazer um comunicado a esta Casa que agora pouco conversei com o Secretário Maurício Requião a respeito daquele pronunciamento que eu fiz de Ponta Grossa, na questão do Instituto, e acabei de combinar com o Secretário que ele fará uma visita a Ponta Grossa para conhecer o Seminário. E ele gostou muito da idéia, achou maravilhosa a idéia da escola integral e da colocação do Instituto provisório no Seminário Verbo de Vida.

Queria agradecer ao Secretário por essa oportunidade, que é uma grande notícia para a cidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um comunicado a Casa, às 17h a vinda aqui de uma pessoa que falaria sobre o porto de Paranaguá. Quero comunicar aos Deputados que nós sabíamos que essa Sessão seria longa e transferimos para a próxima terça-feira, no mesmo horário, às 17h.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente registrada a alteração da agenda aos demais Deputados.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sra. Presidente, Srs. Deputados, vamos votar agora, e estamos discutindo um projeto que cria; extingue e transforma cargos de provimento em comissão na estrutura da Secretaria da Saúde.

Ouvi atentamente o encaminhamento da Deputada Rosane que falou sobre concurso, sobre valorizar realmente as pessoas que prestam concurso.

Essa emenda proposta nesse projeto, até para deixar mais claro para as pessoas que nos assistem e imaginam o que estamos criando.

Então, o Governo mandou para cá um projeto de lei criando 180 e poucos cargos para atender a área da Saúde. Diversos hospitais - na época da campanha ele discursava nos comícios e dizia que iria criar os hospitais regionais, etc. De uma certa forma estamos vendo que ele está cumprindo o que foi colocado na campanha. Na minha região ainda não, porque não tem nenhum hospital regional que ele tenha criado, mas no Paraná temos diversos. Nós fazemos Oposição aqui e estamos votando a favor desse projeto e só estamos fazendo um pedido, que é essa emenda do Deputado Reni, para que no período de um ano seja feito um concurso público, porque agora ele vai nomear as pessoas de acordo com a conveniência do Governo, vai colocar em cargos de direção do hospital, cargos que precisam de pessoas ligadas e que tenham conhecimento técnico com a Saúde Pública, mas ele vai colocar pessoas ligadas ao Governo - não este Governo, mas qualquer Governo faria isso. Então, qual é a nossa preocupação?

É de valorizar as pessoas que estudaram, as pessoas que participaram de concurso público e que já estão no Quadro ou que querem entrar no Quadro do servidor público estadual e que façam concurso público para isso. Então, deixando claro, não é uma questão contra esse Governo que está aí. Não é isso, porque estamos votando a favor! Só queremos que os demais Deputados também votem a favor dessa emenda, porque estamos imaginando o futuro, porque nem sabemos quem será o próximo Governador. Por isso que quando se fala em Saúde Pública, com saúde não se brinca. Não podemos ficar

imaginando em colocar funcionário A, B ou C em uma determinada função para administrar um hospital, mas que possamos realmente valorizar o servidor público de carreira.

Esse é o nosso pedido e peço os votos, porque agora é a hora de pedir votos dos Deputados da base do Governo, porque já imaginamos mais ou menos quem votará a favor dessa emenda do Deputado Reni. Mas, queremos que os Deputados que dão apoio ao Governo nesta Casa, que votem a favor dessa emenda, porque estará beneficiando também o atual Governador, que terá um prazo de um ano para poder estabelecer e administrar esses hospitais. Nesse prazo faz o concurso público, e aí aquelas pessoas realmente preparadas para ocupar as funções e que passaram em concurso público poderão assumir esses cargos. E também prevê a emenda que se não acontecer esse concurso público, que os cargos sejam providos por pessoas que já fizeram concurso, sendo essa uma forma de reconhecer e valorizar o trabalho de quem estudou, de quem se preparou e que escolheu como missão de vida trabalhar na Saúde Pública. Uma pessoa, quando faz um concurso para uma determinada função pública, estudou, preparou-se e passou em um concurso, ela colocou isso como missão de vida. E quando se ocupa os cargos politicamente, às vezes não estamos falando de uma pessoa que tenha a missão de vida de trabalhar na Saúde Pública.

Então, é isso que eu queria no encaminhamento, aqui, para que votássemos a favor da emenda do Deputado Reni Pereira, que vai melhorar a Saúde Pública do Paraná e vai ficar mais técnica, vai dar valor às pessoas que estudaram, às pessoas que se prepararam para essas funções. E nós entendemos isso, mas sei que a população é contra essa história de que depois que se elege, seja Prefeito ou Governador, que têm um poder muito grande de nomeação de cargos, como o Presidente da República, nomeiam muitos cargos. Tenho certeza que a preocupação deve ser valorizar o servidor público de carreira, aquele que fez concurso - o que é a nossa bandeira - e tenho certeza que se os Deputados votarem a favor da emenda, vai valorizar o próprio Governador, vai valorizar a Saúde Pública e vai valorizar principalmente o servidor de carreira, aquele que estudou, prestou concurso, passou e que vai desempenhar um bom trabalho na Saúde Pública. Sra. Presidente, era isso que eu queria falar e pedir o voto para os demais Parlamentares para essa importante emenda do Deputado Reni Pereira que ajuda, sim, na Saúde Pública.

Era isso, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito para falar a favor da emenda, Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente Cida Borghetti, gostaria de fazer um rápido encaminhamento da emenda favorável à

emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 097/08, emenda esta apresentada pelo eminente Deputado Reni Pereira.

O artigo 4º proposto pelo Deputado inclui no projeto do Governo do Estado que visa a criação desses cargos, necessários por sinal, para a área da Saúde, até porque serão cargos utilizados em chefias e diretorias de novos hospitais que no prazo máximo de um ano, a contar da publicação da presente lei, deverá o Poder Executivo realizar concurso público de provas e títulos para o provimento de todas as vagas criadas por esta lei.

Em seu parágrafo único a emenda propõe que em não sendo realizado o concurso público no prazo previsto no *caput* deste artigo, todos os cargos criados por esta lei deverão ser providos, inclusive por nomeação, obrigatoriamente, por servidores efetivos da área de Saúde do estado do Paraná, e que possuam conhecimento e capacidade técnica relativas aos cargos a serem providos. O legislador foi extremamente feliz nesta proposta, Sra. Presidente. O tema foi debatido exaustivamente na Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa e nós ouvimos o sindicato que representa os servidores, os funcionários públicos da área de Saúde, ouvimos também a Secretaria Estadual de Saúde, e a conclusão a qual chegamos após esses debates e que foi exarada em parecer de autoria da Deputada Rosane Ferreira, é de que o encaminhamento da Comissão de Saúde, não por unanimidade, mas por maioria dos seus membros, é favorável à emenda do Deputado Reni Pereira. Favorável à emenda do Deputado Reni Pereira porque a emenda do Deputado Reni visa a transparência, visa a justiça de oportunidades para todos, e ela principalmente resguarda o setor de Saúde de uma partidarização, não que eu acredite que o atual Secretário de Saúde tomaria esse tipo de atitude partidária.

O atual Secretário, Sr. Gilberto Martin, é uma pessoa por quem tenho um grande respeito, é um Secretário dedicado, jamais cogitaria a hipótese do Secretário agir com intuito partidário na hora de decidir quem será atendido, ou quem será melhor atendido, ou menos atendido na área de Saúde. Mas temos que entender que o Secretário não é eterno, os homens passam e a Secretaria de Saúde continua existindo, os Secretários passam e as diretorias de hospitais continuam existindo, os Diretores passam e os hospitais quiçá continuem abertos, continuam existindo.

Portanto, Sra. Presidente, o nosso entendimento é de que devemos evitar a partidarização, devemos cercar qualquer brecha que possa permitir o preenchimento dessas vagas por critérios políticos ou pessoais.

Por isso, é fundamental a aprovação da emenda do Deputado Reni Pereira.

E este é o encaminhamento favorável como Presidente da Comissão de Saúde. Como faço o encaminhamento favorável também à emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 097/08, onde reserva três cargos comissionados, do tipo DAS-1, para os Diretores dos hospitais universitários.

Entendemos que os Diretores desses hospitais devem ter resguardados os mesmos direitos e devem receber remuneração idêntica aos demais hospitais. Se não, até maior, pois tratam-se de hospitais que não apenas têm a função de curar, como têm a função de formar médicos que estarão na esfera pública e privada futuramente.

Hoje temos três hospitais que seriam beneficiados com a mesma: de Londrina, Maringá e de Cascavel.

É esse o encaminhamento da Comissão de Saúde, através da maioria de seus membros, favorável a ambas as emendas e favorável ao projeto de lei apresentado a esta Casa.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A emenda do Deputado Reni diz que dentro de um ano obriga o Governo a fazer concurso público. Nada de extraordinário.

Não vamos falar deste Governo. Vamos fazer que tem um Governo que goste de empregar parente. E aí está começando o seu Governo e ele vai encontrar um compadre político numa região. O que ele vai dizer?

“Olha, Governador, eu lhe apoiei. Então, o senhor precisa demitir a Diretora do hospital e contratar a outra que é muito mais competente. E aí, a cada eleição, o comandante político daquela região atendida pelo hospital, começa a transformar o hospital num lugar de fazer política.”

Quem duvida disso? Defendemos o concurso. Até acho que o Diretor Geral do hospital poderia ser cargo em comissão, mas os setores não poderiam. Estamos criando, só para este setor, 77 novos cargos. Mas quero mostrar um absurdo que acontece. Um Diretor de um hospital universitário ganha R\$ 2 mil por mês. Sabe quanto vai ganhar um Diretor desse? Seis mil reais. O que vai fazer o Diretor do hospital universitário de Ponta Grossa, de Maringá, de Londrina? Ele vai ganhar três vezes menos que este Diretor que será nomeado em cargo em comissão. Sei que a ordem do Governo do Paraná é que esses cargos sejam criados e não seja por concurso público. É importante marcarmos, um divisor de águas: quem é a favor do concurso e quem não é.

Poderíamos ter até negociado: Diretor Geral - cargo em comissão para exigir, tudo tranquilo. Agora, como é que vai ser escolhido para os setores desses hospitais? Qual é a observação que vai ser exigida? “Ah, não, vai ser por competência técnica”. Eu pergunto, Deputado Ney Leprevost: como é que foi escolhido o Diretor do porto de Paranaguá? Por competência técnica? Qual é a competência técnica que tem o Diretor de Paranaguá? É a área dele? Qual é o conhecimento dele? Qual é o problema que estamos enfrentando na economia do Paraná, hoje?

Se tivéssemos aqui ouvido a Oposição, teríamos encontrado um denominador comum, onde o Diretor desses hospitais poderia, sim, ser em cargo em comissão e os outros cargos fossem por competência técnica. A pessoa, para fazer o concurso, tinha que ter um curso superior dentro daquela área, uma especialização, e não estamos exigindo nada. Não adianta. E não estamos votando uma lei para este Governo, estamos votando para este Governo, para o próximo Governo e para o futuro. Estamos olhando muito para o umbigo. Não estamos olhando no horizonte.

Então, quero reafirmar aqui, veja a discrepância: um Diretor de um hospital universitário ganha até R\$ 2 mil e o Diretor que for, agora, nomeado em cargo em comissão, que estaremos aprovando dentro de poucos minutos - nós não, eu vou votar contra - será de R\$ 6 mil e estamos criando uma centena de cargos para serem nomeados. O que vai acontecer com isso? Tenho afirmado, aqui, que estamos querendo governar por decreto. Estava fazendo um levantamento. O Governo, quando manda o orçamento para esta Casa, pede uma autorização para remanejar verbas do orçamento por decreto. Fui ver, agora, nos últimos dias, mais de 100 milhões por decreto. Não sabemos daonde saiu, nem para onde foi, por quê? Porque este Poder abre mão de legislar, que é o que temos de mais legítimo, Deputado Luiz Carlos Martins.

Novamente, esta Casa coloca óculos escuros, veda os olhos, os Deputados governistas só pensam neste Governo, não estão percebendo que o Governo deles acaba dentro de dois anos, termina esse período. Não estamos legislando para este Governo, mas para os Governos. Agora, se fosse apenas para este Governo, eu teria certeza absoluta que não poderia ser criado cargo em comissão, tem que ser concurso. Imaginem o que estamos pensando então. Vamos votar favorável à emenda do Deputado Reni Pereira, que estamos resguardando os interesses públicos e, principalmente, de uma área tão fundamental que é a área da Saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Elio Lino Rusch. Comunico que o seu tempo é de sete minutos.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O Governo do Estado do Paraná procura criar os cargos para atender os hospitais públicos no nosso estado. Lógico, quando você constrói um espaço físico, seja um hospital, seja um posto de saúde, seja um pronto-socorro, você tem que equipá-lo e atender a população. Para atender a população você precisa do elemento humano, você precisa das pessoas.

Entendemos que o Governo do Estado, ao menos o que ele tem propalado na última eleição, dos hospitais que ele iria construir no estado do Paraná, alguns em construção, outros ainda não saíram do chão, mas os que

estão em construção e estão sendo equipados, é lógico que devem funcionar. Mas, não devem funcionar nomeando pessoas que não são da área da Saúde. Acredito que cada um no seu devido lugar.

Tenho visto aqui em cima um cartaz que me chamou a atenção: “Diretor de hospital é bancário”. Respeitamos todas as categorias profissionais, agora, nomear pessoas fora da área para serem Diretor de hospital, é difícil. Embora até entendo que o Diretor de um hospital deve ser de confiança do Governo. Mas, só o Diretor. Os demais cargos não. Acho que se você é Governador, vai formar sua equipe administrativa, seja de 1º escalão, 2º escalão, mas cargos de confiança. E quando você quer desempenhar um trabalho a contento num determinado hospital, você deve nomear uma pessoa qualificada. Por exemplo, nada contra a pessoa, nem conheço: o Diretor do hospital na cidade da Lapa. Um hospital que existe e me parece que lá quem está respondendo é um aposentado, da reserva da Polícia Militar, que não se identifica e que não tem o devido respeito com a área da Saúde.

Agora, o que digo neste momento, esta emenda da CCJ, apresentada pelo Deputado Reni Pereira, visa exatamente resguardar a segurança e a efetividade do bom atendimento do serviço público para com a nossa população. Fazer o concurso público, nada mais justo e correto do que isso.

Não sou especialista na Saúde. Conheço, pelas informações e até pelo meu interesse, que a Saúde tem que ser prioridade para qualquer Governo. Aliás, sempre se ouve falar o seguinte: “Vou cuidar da Saúde, da Educação e da Segurança”. São três temas que todos os governantes defendem. É bonito você falar. Mas, efetivamente por em prática, respeitar o profissional que trabalha na área, é uma outra questão.

Por exemplo, você criar seis cargos de Diretor Geral, de unidade hospitalar de porte 1; 18 cargos de Diretor de unidade hospitalar de porte 1, DAS-4, 12 cargos de Chefe de Núcleo e assim por diante, e vai seguindo. Ora, alguns cargos, acredito que a grande maioria deles devam ser preenchidos por concurso público. Mas se o hospital está pronto; se o espaço físico existe; se já foram comprados equipamentos necessários para pôr o hospital em funcionamento, o Governo precisa, então, urgentemente, contratar essas pessoas. E a emenda do Deputado Reni Pereira preserva exatamente isso. Não é contra a contratação dessas pessoas. Contrate as pessoas para que o hospital possa funcionar, mas, no prazo de um ano, realize-se o concurso. Acho que é uma emenda sensata, é uma emenda que não parte para o radicalismo, em absoluto! É uma emenda que vem de encontro às necessidades do próprio Governo.

O Governo não pode alegar que os Deputados da Assembléia, o autor dessa emenda, Deputado Reni Pereira, é contra a nomeação dessas pessoas e contra o funcionamento dos hospitais. Não, pelo contrário. Queremos que funcione o mais rápido possível. Aliás, inclusive depois da criação desses cargos aqui, queremos que imediatamente

sejam colocados em funcionamento os hospitais, que não sejam contratadas apenas as pessoas e que o hospital não venha funcionar. Não quero pensar nisso. Não espero que amanhã ou depois venha alguém nesta tribuna dizer o seguinte: “Olha, a Assembléia Legislativa autorizou a contratação de tantas dezenas e dezenas de cargos em comissão, as pessoas foram contratadas e o hospital, efetivamente, não está funcionando. Ou as pessoas estão lotadas, mas estão cedidas para outras Secretarias. Espero que não precisemos, num futuro não muito distante, chegar a fazer essa denúncia aqui na Casa. Longe disso!

Nós, Deputado Romanelli, somos favoráveis ao projeto. Queremos que o Governo do Estado ponha os hospitais em funcionamento, que contrate as pessoas que são necessárias, mas que no prazo de um ano ele realize esse concurso. E eu, particularmente, Deputado Ney, concordo. Se aprovarmos essa emenda, possamos, depois da realização desse concurso, fazer uma lei que os Diretores de hospitais sejam de nomeação exclusiva do Executivo, da sua livre escolha, lógico dentro da área. Mas os demais cargos devem ser por concurso.

Como não temos condições de desmembrar, agora, Diretor Geral dos outros, porque o prazo das emendas já passou, aprovamos essa emenda dizendo que todos os cargos devam ser preenchidos por concurso público e façamos uma lei para que o Diretor, apenas o Diretor possa ser de nomeação exclusiva do Executivo, do Secretário, desde que seja qualificado dentro da sua área.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Pela Ordem)

Quero fazer, em nome do Bloco Independente, o registro do porquê da ausência do Deputado Reni Pereira, uma vez que a emenda em questão é proposta pelo Deputado Reni. Como não tínhamos a confirmação que essa proposição viria hoje para a pauta, o Deputado Reni já tinha um compromisso em Brasília e que não pôde ser adiado. Então, neste exato momento, pediu que transmitíssemos as escusas dele por estar em Brasília, defendendo questões pertinentes ao estado do Paraná.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de começar este encaminhamento recolocando o que esse projeto propõe. Na verdade, está se propondo a criação de 180 cargos no cabeçalho do projeto. No entanto, V. Exas. podem perceber que no artigo 2º do mesmo projeto está extinguindo 92 cargos, também pertencentes à Secretaria da Saúde. Portanto, entre os cargos extintos e cargos criados, temos apenas a criação de 88 cargos em razão da construção de novos hospitais, da transformação de outros dentro do estado do Paraná.

Estive na quinta-feira passada, inclusive, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em Francisco Beltrão, onde temos um hospital pronto, um hospital com 13 mil m2 de construção, um hospital extraordinário, para atender uma região inteira e um hospital que será público. Os hospitais regionais criados pelo Governo do Estado serão hospitais públicos. Atenderão SUS, não terá atendimento em leitos privados. Será, portanto, pago pelo Governo do Estado.

Agora, o Deputado Valdir Rossoni, a quem admiro pois suas colocações sempre são ponderadas, e mesmo o pronunciamento do Deputado Elio Lino Rusch, embora equivocado no enfoque, mas uma colocação dentro daquilo que V. Exa. acredita, vejam bem, Srs. Deputados, os cargos criados em comissão só podem ser para direção.

Portanto, constitucionalmente, o Governo está profundamente correto na constitucionalidade. São cargos em comissão. Está criando cargos para Diretor Geral, cargos para Diretor de unidade hospitalar por te 1, cargos para Chefe de Núcleo de unidade hospitalar e cargo de Chefe de Seção de unidade hospitalar. Todos cargos de chefia.

Agora, fico me perguntando, Deputado Dobrandino, criarmos por concurso público o cargo de Diretor Geral de unidade hospitalar - concurso público - ele passou no concurso, ele era Diretor de hospital. Se eventualmente amanhã esse Diretor que pode ter passado num concurso e pode não ter competência de direção ou pode ter uma convivência totalmente ruim com funcionários, enfermeiras, médicos, ou pode não agir corretamente, o que se faz com esse funcionário? Coloca-o no almoxarifado? Porque você não pode demiti-lo, ele é Diretor de hospital, ele tem uma carreira na Saúde Pública como Diretor de hospital.

Então, é evidente que não é neste caso. Defendo, sim, o cargo em comissão, porque este Governo nomeia pessoas para direção e não se confunda direção hospitalar com Medicina, nem com Enfermagem, nem com o fato de ser funcionário da Secretaria de Saúde. Existem faculdades de direção hospitalar que ensinam a administrar um hospital. Esses Diretores farão a administração do hospital e não está se falando em contratar médico, não a consulta, a operação, a interferência profissional. Aqui não está se falando em contratar enfermeiras. A única coisa que está se propondo é a contratação de cargos de direção. Se amanhã houver incompatibilidade ou não cumprir com as suas obrigações de gerência de hospital, você demite e contrata outro.

Agora, existe uma vírgula nesse projeto que diga que não pode ser alguém da Saúde Pública? Não existe. Poderão ser todos. Poderá ser nenhum, mas não existe proibição que seja.

Portanto, o cargo em comissão é um cargo de direção, um cargo que está garantido constitucionalmente, é uma das formas de preenchimento do serviço público e convenhamos, tenho o convencimento pleno que a direção de um hospital tenha que ser formada por cargo em comissão. Não consigo enxergar uma carreira de Diretor

de Hospital. Então, se ele não servir para a direção do hospital de Francisco Beltrão, o que vamos fazer com ele? Transferir para o hospital de Londrina, de Maringá, de Cascavel porque ele tem direitos? Ele fez um curso de direção de hospital! Não, gente, não vamos misturar, não estamos contratando nem médico, nem enfermeiras, nem serviçais, aqui está propondo a criação de cargos de direção, demissíveis. Um novo Governo que achar que está indo mal, ou este Governo se achar que está indo mal, demite e nomeia outro! Esta é a questão do cargo em comissão, não podemos fazer aqui uma locação como se o Governo quisesse estar colocando cupinchas ou parentes, não! Pode ser alguém da área de Saúde, sim, pode ser o Chefe do posto de saúde, pode ser o funcionário da Secretaria da Saúde, não existe proibição disso.

Agora, como vai se fazer um concurso? Um concurso não se realiza sem um chamamento para a prova, a realização do concurso, os períodos de impugnação, tanto do concurso quanto pós-concurso. Não é este o objetivo do estado e se fosse esse o objetivo não seria dentro dessa lei, teria que criar na estrutura da Secretaria da Saúde a carreira do Diretor Hospitalar, que não existe. Aqui o cargo em comissão, extinguindo os cargos também da mesma função criados em outros Governos, porque estes cargos que estão sendo extinguidos também eram cargos em comissão sem concurso e eles tinham sido criados em Governos anteriores. Então, lá podia e aqui não pode.

Pergunto: a Prefeitura faz concurso para direção dos seus cargos para a Saúde? Não faz, não faz, não faz para o Secretário, não faz para o gabinete do Secretário, são cargos em comissão. Porque o estado não pode fazer?

Então, vamos deixar dessa história, cargo de direção hospitalar não é cargo de médico, é cargo de administrador de hospital e deve ser administrado por aqueles que saibam administrar o patrimônio público.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Sinceramente, com o devido respeito ao Deputado Reni Pereira, a quem admiro muito, uma emenda completamente absurda. É uma contradição, um paradoxo, eu vi aqui oradores que ideologicamente sempre combateram o estado, as estatais, combateram a privatização por achar que o estado é incompetente por si mesmo e assim por diante. Agora, de repente, se inverte a lógica, eu falo com pensamento de Esquerda porque o que está em jogo é uma filosofia, é concepção de mundo, de política e de estado. A Esquerda sempre defendeu o estado, o direito do servidor público, a carreira, a transparência, a fiscalização da sociedade, mas ela nunca defendeu a burocratização total e completa do estado em si mesmo.

Meu Deus do céu, como é que se pode fazer concurso para Diretor de hospital? Pode fazer concurso para Reitor de universidade? Pode se fazer concurso para Diretor de escola? Não! Não, porque são funções de comando, de gestão, gestão lida com conflito, concepção

de mundo, com forma de ser de uma escola, de um hospital. Forma de ser é contradição, é gestão de pessoas, é diretriz, é vanguarda.

Por isso, em qualquer Prefeitura, eu fui Prefeito em Ponta Grossa, lá temos Secretário que é um cargo de vanguarda de livre nomeação, de quem foi alçado ao poder pelo povo. Isso é política, no sentido pleno da palavra. Essa pessoa que o povo elegeu tem responsabilidades, seu plano de Governo, e tem que ter pessoas ao seu lado que pensem como ela, e que ela tenha mando sobre essas pessoas, inclusive possa demitir e nomear.

Agora, quando uma pessoa faz um concurso para Diretor de hospital vai ficar 35 anos como Diretor de hospital, como se a Saúde fosse uma coisa puramente técnica, como se a política simplesmente fosse alçada ao pior dos mundos. É uma coisa muito estranha. Cargos de gestão, Diretor de hospital tem que ser escolhido pelo gestor maior eleito pelo povo.

Segunda coisa, o servidor público tem que defender os seus direitos, mas não pode defender privilégios com relação a outras pessoas que não são servidores mas que também são cidadãos. Tem um saber acumulado, tem uma vida. Por que será que tem que ser servidor para ser Diretor? Não precisa! O gestor pode escolher um servidor público, mas pode escolher também outro cidadão que tenha uma experiência tão legítima como o servidor público, mas que está afinado com a política de Saúde que aquele Governador eleito pelo povo pode escolher. Então, não tem nenhum sentido.

O que acontece com as Prefeituras? Ponta Grossa, por exemplo, temos os cargos de comissão, os cargos comissionados, é uma diferença sutil. Os cargos de comissão são nomeados pelo Prefeito, não precisa ser servidor público, pode ser e pode não ser. O Chefe de Seção tem que ser servidor público que ganha uma função gratificada. Essa função é de livre arbítrio também do Prefeito. Se o Prefeito acha que o Diretor de Seção não é competente para a função, ele tem que por outro.

Eu até aprovaria uma emenda se pegássemos alguns desses cargos, Deputado Caíto, não de Diretor, mas de Sessão, por exemplo, que tivesse que ser escolhido por livre nomeação, pelo Diretor, pelo Governador, para servidores. Daí sim, uma coisa correta.

Agora, ser de Esquerda não é negar política, não é achar que só existe a burocratização. Não é privilegiar ninguém, principalmente num país como o nosso, que milhões e milhões de pessoas não têm condições em sua vida de seguir uma carreira do estado, mas também tem inteligência, pode ter crescido de maneira informal, tem condição de gerir.

Sou contra a emenda. Acho sinceramente que essa emenda é completamente equivocada e me choca. Tem pessoas que têm uma ideologia de negação do estado, de privatização radical e completa. Por exemplo, os hospitais privados têm concurso para Diretor? Por que será que não têm? As empresas fazem concurso para Gerentes? Não. Cargo em comissão é cargo de livre nomeação, que

tem um período de mandato. Quando o Governador entra, ele pode escolher alguém que represente a sua ideologia, a sua concepção de mundo.

Peço voto contra essa emenda.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Pela Ordem**)

Quero deixar um esclarecimento à Mesa, que o Deputado Reni Pereira se faz ausente, realmente, por um compromisso. Por fazer parte do bloco, acho que tenho obrigação de esclarecer.

“O Deputado Belinati, a ausência do Deputado pelo seu projeto. O projeto não é do Deputado Reni Pereira, é uma mensagem do Executivo, do qual Reni apresentou uma emenda.”

Só para que fique claro para os que acompanham que o projeto não é de autoria do Parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Devidamente registrado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Primeiro quero me opor ao Deputado Carli Filho, para dizer o seguinte: os Deputados deveriam estar em plenário. Como vai se discutir uma emenda de um Parlamentar se o Parlamentar não está em plenário? Por mais que o projeto seja do Executivo, o autor daquela emenda deveria estar aqui.

Por isso que defendo aquela idéia que Sessão Plenária não tem justificativa. Ou vem, ou não vem. Se não veio, está fora do plenário, e você não pode estar faltando no dia em que está votando um projeto seu. E todo mundo sabia que estava sendo votado hoje.

Primeiro de tudo, esse projeto, deveria estar presente aqui o autor, mas não está. Vamos ao que interessa!

Primeiro o Deputado Caíto Quintana fez uma colocação importante aqui. Achei importante o que V. Exa. falou. Todo mundo falou até agora de cargos para dirigir esses hospitais. Vou falar e vou votar a favor, porque esse hospital de Ponta Grossa está incluindo aqui os cargos para o hospital regional de Ponta Grossa.

Deputado Caíto, todo mundo quer falar e V. Exa. fez um comentário correto. V. Exa. falou que quem vai dirigir tem que ser de absoluta confiança de quem comanda a Saúde. Tem que ser pessoa de confiança, porque na hora que dá um problema no hospital, quem é o responsável?

Mas tem um outro detalhe que tem alguns Deputados que não estão atentos a esse caso aqui. O hospital de Francisco Beltrão e de Ponta Grossa, que são parecidos, não vão ter 50 funcionários. O hospital lá de Ponta Grossa vai ter 1.000 empregados, 1.000 servidores. Não é 100, como está aqui. Por essa planilha não vai ter 100 em

Ponta Grossa, menos de 100, que são os Diretores do hospital classe 1. Não estamos falando dos servidores. Os servidores vão ser contratados ainda. Olha a confusão! Os servidores vão ser contratados depois e aí haverá de ser através de concurso público. Como é que vão contratar 1.000 pessoas em cargo em comissão. Não é isso!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Deputado, V. Exa. está inscrito para orientar a votação contra ou a favor?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Contra! Acho que dá para perceber! É que na hora da confusão houve um mal entendido. O recado foi mal passado.

Mas voltando o assunto. Estamos falando em cargo em comissão para Diretores. É o homem que vai dirigir o hospital. Sou a favor que se possa ter lá os seus comandantes que vão dirigir. Agora, o hospital de Ponta Grossa, se não me falha a memória, Deputado Cheida, V. Exa. que é médico, um hospital de 180 leitos, 30 leitos de UTI, vai ter no mínimo 1.200 empregados, devido ao turno de 24 horas por dia.

Não estamos votando isso aqui agora. Estamos votando os cargos de direção que devem ser técnicos. É como aqui na Assembléia, tem os cargos que são da Casa e tem os cargos em comissão que são indicados por cada Deputado e cada Deputado traz os seus assessores porque acredita e confia neles.

O hospital é a mesma coisa lá em Ponta Grossa, por exemplo, o hospital regional, que temos orgulho daquilo lá. Apesar de que tem gente que disse que era casinha de boneca, que era cemitério, mas o hospital está um espetáculo lá, está quase pronto. O nosso hospital de Ponta Grossa terá 1.200 empregados e desses 1.200 empregados, no mínimo 1.000 serão cargos, aí sim de servidores contratados através de concurso. O estado não vai poder contratar 1.000 funcionários em cargo de comissão.

Por isso, acho que essa emenda e tempestade em copo d'água. Diretores devem ser nomeados pela pessoa que comanda e é assim em todos os lugares. Nessa questão sou a favor que essa emenda não seja aprovada, para que o Governo possa indicar pessoas de confiança em vários setores e, como disse o Deputado Caíto, pode ser gente da área médica, como também pode não ser. Não está proibido contratar médico ou técnico, porque eu mesmo, quando Prefeito, contratei muitos técnicos e a Saúde melhorou quando coloquei muitos técnicos em cargos de chefia e que passaram a ser Chefes. Isso não impede, mas dá o direito do cidadão que está comandando de trazer até um técnico para dirigir aquele local. Agora, os funcionários virão depois e serão, aí sim, contratados. Em um hospital desses vão 1.200 pessoas e muda a economia de uma cidade, porque lá em Ponta Grossa está tendo briga, porque vão construir dois ou três hotéis ao lado do hospital e a região de Uvaranas vai virar uma cidade por trás desse grande hospital.

Por isso, Sra. Presidente, com todo o respeito a V. Exa., encaminho contra a emenda, porque quem nomeia os Diretores é quem comanda.

Muito Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a discussão.

Está em votação a emenda da CCJ.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sra. Presidente, fizemos a discussão da emenda. Existe a possibilidade de fazer o encaminhamento agora?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Nós já encaminhamos.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Foi feita a discussão e agora existe o horário para o encaminhamento.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sra. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Só para colaborar. Sei que V. Exa. já tem decidido, mas para que fique claro. O Deputado Valdir Rossoni disse que estamos discutindo o projeto e na discussão podem falar todos os Deputados, porque não existe limite. Agora, no encaminhamento existe um limite e aí são apenas cinco minutos para cada um.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, apenas para saber quantos oradores já encaminharam.

Veja, foi discutido e agora vamos encaminhar. Obviamente, o tempo regimental é de cinco minutos, sendo no máximo cinco oradores a favor e cinco oradores contra. Só para podermos, de fato, evitar que haja um excessivo repetir de argumentos, embora o Deputado Marcelo Rangel sempre traga novos argumentos à tribuna. Mas, só para deixar claro isso.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Comunico a V. Exa. que está aberto, então, por ordem de inscrição, sendo que cinco Parlamentares podem se inscrever a favor e cinco contrários. Como primeiro encaminhamento favorável, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, por cinco minutos.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Deputados, mais uma vez volto à tribuna, desta vez para fazer o encaminhamento favorável à emenda. Primeiro, sou da seguinte opinião: que se o Parlamentar que apresentou o projeto ou a emenda não está participando da Sessão, teríamos que postergar a votação. Essa é a minha opinião. Como não estava na pauta, é uma Sessão Extraordinária, portanto o Deputado Reni Pereira

não sabia exatamente quando seria votado, e hoje ele teve compromissos em Brasília. Então, essa era a minha opinião, que adiássemos a votação. Mas estou encaminhando favoravelmente à emenda porque acredito que é uma emenda extremamente justa, eu vejo nessa emenda, justiça.

Os cargos para a Saúde Pública do Paraná precisam ser preenchidos por cargos concursados. Esta é a minha opinião, e acredito que é a opinião da grande maioria dos cidadãos do estado do Paraná. Acho justo e acho lógico, porque precisamos de uma formação técnica. É essencial um Diretor, um Gerente de hospital, ele precisa ser uma pessoa especializada, gabaritada, mesmo sendo Diretor para cargos administrativos.

Existe um curso universitário de gestão hospitalar, de administração hospitalar. Se existe um curso universitário para formação de Diretores de hospitais, precisamos prevalecer a essas pessoas que possuem esse concurso, que passaram nesse concurso.

Aqui ouvi muitos Parlamentares, e respeito todos os Deputados que subiram na outra tribuna para dizer que são cargos de direção, de administração. Mas na verdade os Parlamentares falam como se fossem três, quatro cargos, como se fossem cinco Diretores em todo o estado do Paraná. Mas não, são 188 cargos, eles precisam ser técnicos, precisam ser médicos, sim. e também falaram nos discursos, já no começo desta noite, que não estamos falando a respeito de apadrinhados, de compadres que estarão assumindo esses postos. Mas infelizmente, senhoras e senhores, é justamente isso que acontece neste Governo. Corremos o risco de ver em um hospital no estado do Paraná um Diretor como o Sr. Airton Pissetti, de repente vai dirigir um hospital, ou outras pessoas que não têm a mínima condição de especialização, condição técnica para assumir um cargo de responsabilidade.

Então, do que se trata essa emenda? Apenas de algo lógico. Estamos aprovando cargos. Eu votei a favor desses cargos porque são cargos importantes para a Saúde do Estado do Paraná, mas que sejam cargos concursados, é o que esperamos. Porque no hospital tratamos de vidas e, se conseguirmos aprovar esta emenda aqui na Assembléia Legislativa, vou ficar extremamente tranquilo, porque sei que as pessoas que forem atendidas nesses hospitais regionais do estado do Paraná serão bem atendidas, serão atendidas por pessoas gabaritadas. É por isso que hoje faço encaminhamento, através do PPS, para votar a favor da emenda, a favor dos cargos concursados na Saúde Pública do estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti. Volto à tribuna para, mais uma vez, reforçar a questão da importância do concurso público para prover as pessoas desse

cargo. Já foi lida a emenda, eu conversei com os funcionários da Saúde, representantes que estão aqui, e já estou sabendo também que hoje já existe cargo, Deputado Rangel, na Secretaria da Saúde Pública, já existe cargo de pessoas que não têm conhecimento, não têm formação para estar na gestão de algumas unidades de Administração Pública Hospitalar no estado do Paraná. Já existe isso hoje. E, com esse projeto, vai aumentar isso, com certeza.

Um Deputado, agora há pouco, falou que o gestor público precisa ter uma pessoa de sua confiança para administrar o hospital. Concordo! Só que não estamos criando apenas o cargo de administrador. Estamos criando mais de 180 cargos.

O Deputado Reni coloca, na sua emenda, que, no prazo de um ano, a contar da publicação dessa lei, deverá o Poder Executivo realizar o concurso público de provas e títulos para todas as vagas criadas por essa lei. Tem um ano de prazo para que o Governo realize o concurso.

Então, poderíamos votar favorável à emenda. E vai valer para as próximas administrações, não é só para esta administração. Estamos votando a favor da emenda, por entender que devemos valorizar as pessoas que participam do concurso público. Estamos dando aqui uma carta branca ao Governador que ele possa nomear quem ele entender para administrar os hospitais.

Sou contra o nepotismo. Imaginem se tivermos, pela frente, um Governador que goste muito de nomear parentes. Já imaginaram o que vai acontecer? Vai nomear mais parentes para administrar hospitais!

Por isso, essa emenda prevê concurso público num prazo de um ano. Valoriza as pessoas que estudaram, que investiram naquilo como um sonho, porque as pessoas que fazem um concurso público colocam suas vidas naquele rumo. E poderão nomear sem ter formação adequada para cuidar da vida das pessoas.

Além da questão salarial. Tem hospitais universitários, aqui no Paraná, a pessoa que administra hoje ganha metade da que vai administrar, que é mais de R\$ 6 mil.

Peço o voto de todos os Deputados a favor da emenda do Deputado Reni Pereira.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Falávamos, aqui, de número de cargos. Fiz a conta aqui. Eu me ateno à minha região, à minha cidade. Sou um Deputado distrital. Cuido da minha região e acho que todo mundo devia cuidar da sua. Juntei os cargos que estão sendo criados. São 15 cargos. Deputada Beti, é tempestade em copo d'água! São 15 cargos em comissão.

Aí ouvi alguém falar: "Mas que barbaridade, o novo Diretor vai ganhar 6 mil!" Acho que o Diretor de hospital não deveria ganhar 6 mil não, devia ganhar

15 mil, devia ganhar 12 mil. O pessoal da Saúde devia ganhar mais. No momento em que vamos aprovar esses cargos, vamos dar seqüência, dar oportunidade para que os atuais Diretores dos hospitais atuais também possam chegar a esses valores. Um médico bem pago, um funcionário bem pago, rende muito mais. Sou a favor de se pagar bem o pessoal da Saúde. Estamos falando, aqui, de 15 cargos em comissão num hospital, Deputado Dobrandino, que vai ter 1.000 funcionários. Quanto representa isso?

Ninguém está dizendo que o cidadão não pode pôr pessoas da área. Você acha que uma pessoa que vai ter um hospital seu vai colocar um incompetente para tocar o hospital para dar problema? Claro que não! Vai nomear alguém competente! Alguém estava falando: Não, mas tem que nomear pessoas da área!” O Paraná está cheio de exemplos. Vou começar com o Senador Álvaro Dias. Lembram de onde o Senador Álvaro Dias foi Presidente quando estava no exílio político? O Álvaro foi Presidente da TELEPAR. Ele entendia de TELEPAR? Não, e foi um grande Presidente.

Volto a falar do Rubens Bueno. O que o Rubens Bueno entendia de Itaipu? foi Diretor da Itaipu e foi um grande Diretor. Não é verdade? Aí me lembro aqui do Samek. O que o Samek entendia de Itaipu? Não está sendo um bom Diretor? O Ministro Reinhold Stephanes nunca entendeu de agricultura e está sendo um grande Ministro da Agricultura neste país, só coisas boas. Por quê? Porque é competente, é um homem sério, já foi Ministro da Previdência, da Saúde, do Trabalho, foi Secretário. Por quê? Por que é competente! Aí vão proibir o Reinhold Stephanes de ser alguma coisa em algum Governo? Gente, o que é isso?

Estamos falando de 15 cargos aqui do hospital de Ponta Grossa que vai ter 1.000 cargos, 1.000 funcionários, vai funcionar 24 horas por dia, são 15 Diretores, um Diretor Geral, deve ser o comandante do hospital, três de Diretor de unidade. Acho que ainda é pouco. Um hospital de 180 leitos, 24 horas por dia, 15 cargos em comissão.

Por isso, Srs. Deputados, estamos fazendo tempestade em copo d'água. Esse 15 cargos têm que ser de confiança para o bom funcionamento dos hospitais. E mais: se algum não for bem, troca e isso não impede de colocar pessoas competentes nos lugares, que sejam servidores públicos. Podem ser colocados servidores públicos, sim, senhor. O projeto não fala disso. E daí vem o concurso para os 1.000 funcionários que serão colocados nos hospitais.

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estava torcendo para que esta Sessão terminasse o quanto antes, até pelo conteúdo da discussão. Mas, quero

dizer que entendo que este sobe e desce na tribuna, a minha consciência não pode me deixar passar despercebido sem manifestar o meu pensamento. Este sobre e desce da tribuna só tem uma motivação: é a TV SINAL, porque nunca vi na história do Brasil, para preencher um cargo de confiança, fazer concurso. E quero dizer aos Deputados que estão achando que isso dá IBOPE: está nos assistindo alguém que não entende, que pensa que isso é verdadeiro. Mas, muita gente sabe que isso é blá-blá-blá. E o desgaste, claro que é tamanho.

Não é possível. Acho que a Oposição tem todo dever e obrigação, está no seu papel de fazer contraponto, mas tem que ter pelo menos um pouco de conteúdo no seu pronunciamento. Não tem sentido e pergunto: será que no Governo passado eles defendiam para indicar o Diretor do porto de Paranaguá, fazer concurso? Ou para a Saúde, alguém foi concursado? Meu Deus do Céu?

Pela minha consciência, não podia deixar de manifestar a minha decepção para ouvir que para indicar alguém para um cargo de confiança tem que fazer concurso. Só ouvi agora.

Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sra. Presidente, estaria eu decepcionado se o Deputado Dobrandino estivesse feliz com a Oposição.

Meu caro Deputado Dobrandino, V. Exa. diz que a Oposição está fazendo tudo isso pela TV SINAL. Quando não tinha a TV SINAL o senhor entardeceu muitas vezes aqui e nenhuma vez perdeu a calma. Não perca a calma, Deputado Dobrandino, que é uma das grandes qualidades que V. Exa. tem

Agora, não nos tire o direito de encaminhar. A grande verdade desta situação, Deputado Dobrandino, é que a farra da criação de cargos neste Governo é uma coisa extraordinária. Agora estão misturando alhos com bugalhos. Já estão querendo dizer que a Oposição quer nomear o Superintendente do porto por concurso. Não é isso. O que estamos dizendo, que este Governo tem uma prática que desprestigia o Legislativo e desprestigia as instituições, porque não queremos que seja nomeado o Superintendente do porto por concurso. O que queremos é nomear uma pessoa altamente competente e conhecedora das questões do porto. Foram buscar uma pessoa no Rio de Janeiro ou em Miami, colocamos no porto, está lá a barbaridade que V. Exas. não querem admitir.

Deputado Dobrandino, só para refrescar a sua memória. Ouvi aqui o discurso da Oposição quando no Governo Jaime Lerner tinham criado 800, que foi demais também, 500 e poucos cargos em comissão - eu digo, agora esse Governo vai entrar e vai extinguir - sabem o que este Governo fez? Já criou 765 cargos em comissão.

Quando estou dizendo, agora me dirijo a TV SINAL, este Governo que achava demais que o Governo anterior tinha criado 500 cargos, ele usou os 500 cargos do Governo anterior, criou mais 700 e hoje está criando mais 180. Não somos contra o hospital, o funcionamento do hospital. O Deputado Caíto aqui não quis entender o que eu disse. Até defendendo e tentei um entendimento entre nós que o Diretor Geral do hospital fosse cargo em comissão. Agora, querem nomear o Chefe da limpeza?

Deputada Rosane, eles querem nomear o Chefe da limpeza com especificações e apadrinhamento. Eles querem nomear o Diretor da área de Pediatria não por concurso, por indicação, porque será indicação. Vão aparecer quantas pessoas para um hospital em Pediatria? Cinco? Como que vai ser escolhido? Pela cor do olhos, pela cor dos cabelos, pela altura, pelo peso, por quê? Tem que ser pela competência!

Então, me desculpem aqui alguns Parlamentares que não querem entardecer. Vamos entardecer sim, porque temos ainda este projeto que é a criação da farra dos cargos em comissão, mais 180, porque na verdade são 70, mas estão deslocando cargos que já existiam, então, 765 com mais 70 e poucos cargos, vai para 800 cargos. Oitocentos cargos? Quanto custa isso? E estão criando mais!

Então, o que quero afirmar aqui é o seguinte - minha posição: favorável ao concurso público. Segundo: se tivesse o acordo, o Diretor Geral desses hospitais, sou favorável a cargo em comissão. Mas como o Governo não quer negociar, aí ele vem tentar confundir a opinião política. Como confundir a opinião pública? Misturando o porto, misturando por causa da TV SINAL, misturando porque agora são 20 horas - eu não estou preocupado que horas são, não estou preocupado se tem televisão me transmitindo, se tem alguém assistindo, mas não tenho dúvida que tem paranaenses indignados que estão desempregados e gostariam de ter uma oportunidade destas, ter um padrinho e ser indicado para um cargo. Tem muitos médicos, tem muitos profissionais que gostariam de ser indicados para um cargo desses de R\$ 6 mil para trabalhar. Não tenho dúvida disso. Tem muitas pessoas me assistindo e eles sabem do que estou falando e esses cargos não serão escolhidos por competência, mas por apadrinhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, Deputado Elton Welter, com a palavra.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sra. Presidente, ouvindo atentamente muitos pronunciamentos, eu peguei a tabela, Sra. Presidente, Srs. Deputados, olhei a proposta de extinção e a proposta de criação dos cargos.

Os cargos que já tinham sido criados são Diretor Geral de hospital, porte 1, DAS-4, quantidade dois, estão sendo extintos. O Diretor Geral do hospital, porte 1, mudou-se para DAS-1, estão sendo criados, passou de

dois para seis porque tem hospitais para serem nomeados. Estes cargos já existiam, mudou a nomenclatura. Todos os cargos de Diretor Geral de hospital, porte 2, DAS-4, está sendo extinto. Agora está sendo criado Diretor Geral, porte 2, DAS-1, sete cargos, para preencher os hospitais que foram criados.

Cargo extinto: Diretor Geral de hospital de porte 3, 2-C. Esse 2-C mudou para DAS-4, estão sendo criados três. Diretor de hospital, porte 2, está sendo extinto, era 1-C agora é DAS-4, já tinha esse cargo em comissão. Chefe de Núcleo de hospital, porte 1, 4-C, estão sendo extintos quatro cargos e criando 12 cargos com a simbologia DAS-5. Está na tabelinha de vocês, no anexo. Chefe de Seção de hospital porte 1, era 4-C, cargos extintos 18, passaram para DAS-5, mudou a simbologia, já tinha esse cargo, passou para 54 de 18.

Então, os cargos que estão sendo extintos e criados já eram cargos comissionados, mudou a nomenclatura. Provavelmente desses cargos, se fizermos um levantamento, muitos são cargos efetivos em concurso público. Por que eu defendo concurso público e estabilidade no serviço público? A estabilidade no serviço público é para aquele servidor público que quiser externar o seu pensamento político. No período eleitoral ele pode ser reconhecido e depois ser nomeado Diretor de um hospital público municipal ou Diretor de um hospital regional.

Para quem é do Executivo, por exemplo, e aqui vem muito Prefeito se manifestar e precisa ouvir este pensamento, eu nunca fui do Executivo, mas vejam, terá campanha este ano e se tiver, para quem defende estabilidade no serviço público como eu, se tiver servidores públicos que externarem seu pensamento e contribuirão com o meu plano de Governo, a chance dele ser Secretário ou Diretor Geral é extraordinariamente boa, porque ele já é técnico, é político e é probo. Esse é o critério para nomear alguém em cargo de confiança. Por que não um servidor público de carreira? Se o Poder Executivo que for eleito tiver quadro próprio, que é político, que externou pensamento, é muito mais seguro governar, por isso defendemos estabilidade. Se não tivesse estabilidade, nenhum servidor podia opinar na campanha.

Vou dar um exemplo: O Chefe da Regional de Saúde do município de Toledo é um servidor público da Prefeitura de Toledo. Por que ele é Chefe Regional de Saúde? Porque ele sempre foi militante da Saúde naquele município, usuário, participou de Conselho, conhece o SUS de fio a pavio, está lá porque militou na Saúde, é servidor público concursado e teve reconhecimento político. Se tivesse um funcionário que tivesse feito este papel político com a desenvoltura dele, no período eleitoral, na regional, teria sido ele o Chefe, porque ele dá mais segurança para o político.

Estamos votando simplesmente a ampliação dos cargos e a simbologia. Essa tabela está no Anexo IV, fala da extinção de 105 e da criação e mudança de simbologia para 182. Sempre defendi concurso público, sempre vou defender, o Sindicato de Saúde vai ampliar a sua base na

medida em que se ampliam os serviços de Saúde. Vai ser bom para o sindicato e os cargos comissionados que já tinha, certamente serão preenchidos por servidores de carreira, na minha visão.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

(**Declina**)

Deputado Elio Rusch, portanto com a palavra, último orador inscrito.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Disse para a Sra. Presidente que não iria encaminhar esse projeto, porque já discutimos. Mas, diante de algumas manifestações do lado de lá, da outra tribuna, me obrigo de ao menos fazer algumas indagações e que deixo por conta dos Srs. Parlamentares e para os paranaenses interpretarem.

Quem te viu e quem te vê, o PT pregando a nomeação de pessoas por cargo de confiança, quando o PT, na verdade, sempre defendeu o concurso público. Sempre, sempre, sempre defendeu o concurso público. Hoje desta tribuna vejo ilustres Parlamentares do PT defendendo a nomeação de pessoas em cargo de comissão, quando na verdade esses cargos poderiam ser preenchidos por concurso público.

Entendo perfeitamente e o Deputado Caíto Quintana fez uma explanação perfeita, corretíssima sobre a constitucionalidade, sobre a legalidade da nomeação desses cargos. Claro, quando você cria esses cargos por lei, você as preenche e são de direito e são constitucionais. Agora, você não pode nomear cargos quando você não tem lei.

O Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, já levantou, mas vamos citar alguns exemplos: cria 181 cargos por essa lei e extingue 104.

Veja, quais os cargos que são extintos: 50 cargos C-5, cada cargo desse vale R\$ 1.288. Cria 13 cargos de DAS-1 no valor R\$ 6 mil cada um. Cria 35 cargos de DAS-4, que é R\$ 3.730 cada um e assim por diante. Você extingue 104, cria 181. Saldo: 77 novos cargos criados através desta lei.

O Deputado Valdir Rossoni disse que já haviam criado mais de 700. Parece-me, Deputado Valdir Rossoni, com todo respeito, mas o senhor está equivocado, que eu saiba são mais de 1.500 cargos já criados neste Governo. Cargos novos. Agora, com esses cargos que criaram, chega-se a números exorbitantes.

Aí é que vem a questão. Olha, temos que tomar cuidado com aquilo que falamos. Eu disse antes, fui muito claro no meu encaminhamento quando o projeto estava na fase da discussão. Entendo e acredito que o Diretor Geral do Hospital tem que ser nomeado, sim. Mas, os demais cargos, acho que podem perfeitamente ser preenchidos por cargos de concurso público. Ainda os cargos de comissão, hoje, mas pena que não cabe mais lei, não cabe emenda,

mas espero que o Governo do Estado possa então nomear essas pessoas através dessa lei, pessoas que já são do quadro hoje, pessoas que já estão trabalhando na área da Saúde. Que sejam nomeadas essas pessoas para exercerem os cargos que não necessários para o funcionamento do hospital.

Essa colocação, Presidente Cida, que gostaria de deixar registrada e dizer que o Deputado Valdir Rossoni acho que está equivocado. Na verdade, foram muito mais do que 700 cargos criados no atual Governo.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Encerrado o encaminhamento. Está em votação a emenda da CCJ, com parecer favorável.

Os Deputados que forem favoráveis à emenda, votem com a expressão SIM.

Os Deputados que forem contrários à emenda, votem com a expressão NÃO.

Está em votação.

Quarenta e dois Srs. Deputados presentes.

Vinte e sete votaram com a expressão NÃO.

Quatorze votaram com a expressão SIM.

Está **rejeitada** a emenda!

Está em votação a emenda de Plenário.

Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Os Deputados que forem favoráveis votarão SIM.

Os contrários votarão NÃO.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Não estou entendendo qual é a emenda de Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Da Deputada Rosane Ferreira como Relatora, do Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Apenas para esclarecer aos Parlamentares. Essa emenda que visa garantir aos Diretores dos hospitais universitários de Londrina, Cascavel e Maringá remuneração idêntica a que receberão os Diretores que estão sendo contemplados pelo projeto anterior, encaminhado a esta Casa pelo Governo. Ou seja, os Diretores dos hospitais universitários passarão a ter um ganho idêntico a esses novos cargos, caso a emenda venha a ser aprovada.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Jonas, que faça a leitura da emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas a senhora colocou em votação essa emenda. Estamos em verificação de votação dessa emenda de Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Apenas para esclarecimento, Deputado Romanelli.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)
(**Procede à leitura da emenda**)

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(**Assentimento**)

Sra. Presidente, essa emenda, embora trate de um assunto diferenciado, que é reserva de vagas, como está como parágrafo da emenda anterior, que foi derrubada agora em Plenário, ela está solta e não pode ser votada. Ela está solta, porque foi colocada como parágrafo de uma emenda anterior e essa emenda anterior, que é o *caput* do artigo, foi revogada e, conseqüentemente, a emenda não tem onde se colocar. Ela está anulada também.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, Sra. Presidente! Entendo o posicionamento do Deputado Caíto, concordo com ele, mas já estamos em verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Procede a sua orientação, Deputado.

Srs. Deputados que forem favoráveis, votem com a expressão SIM, e os Deputados que forem contrários, votem com a expressão NÃO.

Está em votação o projeto.

Encerrada a votação.

Quarenta e um Srs. Deputados...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Questão de ordem, Sra. Presidente.

(**Assentimento**)

O resultado são 26 NÃO e 13 SIM. Acabamos de aprovar a emenda. Está lá registrado o meu voto NÃO, porque o parecer da emenda foi contrário, nós derrubamos o parecer e acabamos de aprovar a emenda. Olhem lá o meu voto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vamos nos respeitar! Não é possível que um Parlamentar como o Deputado Rossoni... sinceramente!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Recorro às notas taquigráficas, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni que foi informado aos Srs. Deputados que os favoráveis à emenda votassem com a expressão SIM e os contrários votassem com a expressão NÃO. O senhor poderá recorrer às notas taquigráficas, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer que não se protege quem dorme. Houve o encaminhamento de V. Exa. e, Deputado Durval,

V. Exa. que é Presidente da CCJ, votamos o parecer, que foi contrário.

Então, você quer votar contra o parecer, você diz NÃO. O NÃO venceu, então caiu o parecer e aprovou-se a emenda. É óbvio e por isso votei NÃO.

O SR. NELSON JUSTUS (**Partido Democratas**)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para contribuir na votação, é claro e o Deputado Rossoni segue realmente a questão do Regimento quando fala favorável e contrário. Mas, acima de tudo isso está a maneira completa com que V. Exa. dirigiu a votação, deixando bem claro: quem for favorável vota SIM, quem for contrário vota NÃO. Isso está claro, ouvimos algumas vezes, aliás, a presidência tem sido repetitiva até para evitar. Lá em Guaratuba chamamos isso de “golpe do chachicho” (SIC), aqui não vai ficar bem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Presidente Nelson Justus, com toda permissão, quero dizer a V. Exa. que não participo de “golpe do chachicho”. Se V. Exa. participa, eu não participo. Quero só dizer o seguinte: houve um cochilo dos Deputados do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está **rejeitada** a emenda, Deputado Valdir Rossoni. Nós orientamos aos Parlamentares devidamente, esta presidência orientou devidamente os nobres Parlamentares com responsabilidade, os nobres Parlamentares votaram...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sra. Presidente, em nenhum momento falei que V. Exa. foi irresponsável. V. Exa. deu o seguinte encaminhamento: os que forem favoráveis votam...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Olha, acho que o Deputado Valdir Rossoni passou dos limites já aqui, aqui as pessoas são inteligentes, quem está assistindo em casa também é inteligente, a senhora encaminhou a votação, foi votado, está liquidada a questão. Desculpa, Deputado Rossoni, vamos respeitar minimamente aqui a nossa inteligência e das pessoas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Em nenhum momento aqui eu desrespeitei alguém. Agora, é claro que irrita quem dorme...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. é que perdeu a votação, perdeu a votação e acabou...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sra. Presidente, a questão não está resolvida. Quero dizer a V. Exa. que estou sendo insistente, até aceito uma nova votação para que se corrija o erro, mas faço a seguinte proposta para mostrar o meu respeito a V. Exa. e aos Parlamentares: vamos nos socorrer da gravação de como V. Exa. colocou em votação. O que eu entendi...

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Assunto encerrado, Sra. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Eu entro com recurso na Mesa e amanhã vamos nos socorrer...

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) **(Pela Ordem)**

A própria titular da emenda foi contra a sua emenda.

A SRA. PRESIDENTE **(Cida Borghetti)**

V. Exa. encaminha à Mesa.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/08, que dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento) nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLÊNARIO. PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 170/08

P A R E C E R :

Objeto

Análise de 9 (nove) emendas de Plenário. Emenda nº 01 (um) propõe sobrepor 19% de reajuste para os policiais civis e militares, extensivos aos policiais civis e militares aposentados; Emenda nº 02 (dois) propõe o mesmo percentual de 19%, porém aos professores, extensivos também aos professores de educação básica aposentados; Emenda nº 03 (três) propõe a alteração do parágrafo 2º do artigo 1º, acrescentando a expressão: "...mesmo que não tenham direito à paridade plena"; Emenda nº 04 (quatro) propõe a mudança do artigo 2º do projeto de lei original fixando o prazo de 01/05/08 para aplicação do referido reajuste. A Emenda nº 05 (cinco) da Bancada da Oposição propõe o reajuste de 15%; Emenda nº 06 (seis) do Deputado Elio Rusch mantém os 5% (cinco por cento) originalmente proposto no artigo 1º, com as alterações que especifica; Emenda nº 07 (sete) altera o artigo 2º do projeto de lei original fixando a data de 01/05/08. A Emenda Aditiva nº 08 (oito), propõe a inserção de novo artigo que numera de artigo 4º, assegurando a todo servidor público estadual, civil e militar vencimento básico e soldo igual ou superior ao piso mínimo salarial estadual; Emenda nº 09 (nove) propõe a troca do índice de reajuste do IPCA para IGPM.

Preâmbulo

O projeto na sua gênese dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento), ou seja, assegura a variação do IPCA do ano anterior previstos na Lei nº 15312 de 31/05/07, a cada ano, nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme especifica. Ao ser o projeto de lei submetido ao crivo da CCJ este Relator foi de parecer favorável, recebendo a seguinte ementa: Possibilidade. Competência privativa do estado. Artigo 25, parágrafo 1º e 3º da CF, c/c artigos 27, X; 66, I, II, III, da CE. Constitucionalidade. Legalidade. Técnica Legislativa aferida. PARECER FAVORÁVEL. Em 30/04/08 em Sessão Extraordinária o referido projeto de lei foi aprovado por unanimidade nesta CCJ.

Na Sessão Plenária dos dias 06 e 07 de maio do corrente, o presente projeto de lei recebeu 9 (nove) emendas modificativas, corretivas, aditivas, etc., propugnando inúmeras mudanças em seu texto original, tais como a majoração do percentual de reajuste de 5% para 19%, outra para 15%, e outras mudanças mais conforme segue:

A Emenda Modificativa nº 01 propugna alterar o artigo 1º do projeto de lei alterando de 5% para 19% destinando o referido reajuste para os policiais civis e militares, extensivos aos policiais civis e militares aposentados; a de nº 02 (dois), também modificativa propõe a majoração de reajuste de 5% para 19%, porém aos professores, extensivos também aos professores de educação básica aposentados. A Emenda Modificativa nº 03 propõe a alteração do parágrafo 2º do artigo 1º acrescentando a expressão: "... mesmo que não tenham direito à paridade plena." A Emenda Modificativa nº 04 (quatro) propõe a mudança do artigo 2º do projeto de lei original fixando o prazo de 01/05/08 para aplicação do referido reajuste. A Emenda Modificativa nº 05 (cinco) da Bancada da Oposição propõe o reajuste de 15% no lugar de 5% previsto no artigo 1º, mantendo os demais dispositivos do artigo; a Emenda nº 06 (seis) do nobre Deputado Elio Rusch mantém os 5% (cinco por cento) de reajuste originalmente proposto no artigo 1º excluindo os termos seguintes: "... referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com o conseqüente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica de intercargos...", a de nº 07 (sete) altera o artigo 2º do projeto de lei original fixando a data de 01/05/08 como data de aplicação do reajuste, contrário ao que propugna o original que escalona e vincula o reajuste segundo os preceitos da Lei nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal; a Emenda Aditiva nº 08 (oito) propõe a inserção de novo artigo que numera de artigo 4º assegurando a todo servidor público estadual, civil e militar vencimento básico e soldo igual ou superior ao Piso Salarial Estadual mínimo. A Emenda nº 09 propõe a mudança do índice de reajuste de IPCA para o IGPM.

Fundamentação**Emenda Modificativa nº 01:**

“Art. 1º Sobreponha-se o percentual de 19% aos policiais civis e militares, ao valor do reajuste dos pisos salariais.

Art. 2º Estenda-se esse reajuste aos policiais civis e militares aposentados.”

Parecer: é flagrante a inconstitucionalidade da referida emenda modificativa, na medida em que afronta o artigo 37, X, da Constituição Federal que estabelece que a concessão de reajuste seja “... sempre na mesma data e sem distinção de índices”. Logo é vedado ao legislador contrariar o texto constitucional sob pena de ser declarada a sua inconstitucionalidade, razão pela qual rejeito a emenda.

Emenda Modificativa nº 02:

“Art. 1º Sobreponha-se o percentual de 19% aos professores de Educação Básica, ao valor do reajuste dos pisos salariais.

Art. 2º Estenda-se esse reajuste aos professores de educação básica aposentados.”

Parecer: Igualmente é flagrante a inconstitucionalidade da referida emenda modificativa, na medida em que afronta o artigo 37, X, da Constituição Federal que estabelece que a concessão de reajuste seja “... sempre na mesma data e sem distinção de índices”. Igualmente acima, sendo de todo inconstitucional a emenda e pelas mesmas razões declinadas acima sou pela rejeição.

Emenda Modificativa 03:

“Art. 1º ...

§ 2º O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 041/03, mesmo que não tenham o direito à paridade plena.” (grifei)

Parecer: O acréscimo feito ao texto original, ou seja, “...mesmo que não tenham o direito à paridade plena.” não acrescenta mudanças substanciais ao projeto de lei, ao contrário, a inserção proposta por esta emenda traz tão somente esclarecimento quanto ao alcance dos dispositivos. A bem da verdade a proposta original já contempla os inativos pois desde a concepção deste benefício este é o objetivo maior, ou seja, que todos os servidores, ativos e inativos, sejam alcançados pela medida legal, atendendo os pressupostos do artigo 27, inciso X da Constituição Estadual. Sob esse vértice sou pela aprovação da proposta ora oferecida, para que o texto original seja alterado com o acréscimo da presente emenda.

Emenda Modificativa 04

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/05/08.

Parecer: A retroatividade financeira proposta pela emenda 04 no artigo 2º fixando o dia 01/05/08 como marco à incidência do reajuste salarial, em nada interfere na aplicação do comando legal, podendo até ser mantido.

Evidente que a adoção do texto propugnado exigirá que o Governo do Estado cumpra o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, e por dever de ofício condicionará os efeitos financeiros decorrentes de sua aplicação ao comportamento da Receita Estadual, como já previsto no texto original.

O texto da forma como proposto originariamente na Mensagem Governamental nº 015/08 tão somente repete o teor e a sistemática constitucional. Assim que a redação proposta pelo Executivo Estadual atende aos comandos da correta e racional execução orçamentária, assegurando ao estado a observação do comportamento da receita para possibilitar os dispêndios financeiros do Governo. De todo modo com o acréscimo proposto ou não os desdobramentos da aplicação do reajuste obedecerão ao cronograma orçamentário imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Sendo que a alteração proposta em nada modificará o cumprimento do texto legal originalmente proposto, sou pela sua rejeição.

Emenda Modificativa 05

“Art. 1º Fica concedido o índice geral de 15% (quinze por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com conseqüente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.”

Parecer: A proposta de majoração do índice de reajuste de 5% para 15% como proposto nesta emenda afronta flagrantemente os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Federal 101/00, bem como a Lei nº 15512 de 31/05/07 que criou a reposição salarial agregado ao IPCA, de tal sorte que a elevação de 5% que corresponde a variação do IPCA dos últimos 12 meses, para 15% foge a qualquer critério lógico de reposição não encontrando sustentação orçamentária financeira, além de não trazer o “impacto financeiro” sobre a receita estadual. Assim que se mostra absolutamente inconstitucional. Por essa razão sou pela sua rejeição.

Emenda Modificativa 06

“Art. 1º Fica concedido índice geral de 5% (cinco por cento) na remuneração dos servidores de todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo Estadual do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.”

Parecer: A referida emenda propõe aplicar índice de reajuste, não sobre o salário base existente nas tabelas salariais como proposto originariamente, mas aplicá-lo sobre a remuneração total dos servidores e militares. A mudança propugnada significa aumento insuportável aos cofres públicos na medida em que impacta em aumento sobre os soldos dos servidores e dos militares e não sobre os valores básicos das tabelas salariais como prevê a lei na sua gênese.

É digno de nota que a expressão remuneração contempla todas as vantagens percebidas pelo servidor/militar, inclusive aquelas de natureza indenizatória, tecnicamente incompatíveis com os critérios de composição dos índices de reajuste. Cite-se, por exemplo a impossibilidade técnica e jurídica de reajustar o vale transporte, que tendo natureza indenizatória, faz parte da remuneração, além de estar adstrito a legislação federal. Nesta mesma esteira enquadram-se o salário família, auxílio alimentação, etc. Assim que a proposta ofende dispositivos de ordem legal federal, agride critérios da boa técnica de composição dos índices de reajuste salarial e afronta a Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto a emenda apresenta vícios de inconstitucionalidade motivo pelo qual a rejeito.

Emenda Modificativa 07:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeito financeiro a 1º de maio deste ano.”

Parecer: idem a emenda nº 04 acima, motivo pela qual sou pela sua rejeição.

Emenda Modificativa 08:

“Art. 4º Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar, vencimento básico e soldo igual ou superior ao piso salarial estadual:

Parecer: A emenda proposta acrescenta novo artigo, “artigo 4º, ao projeto de lei vinculando o vencimento dos servidores e militares ao salário mínimo. Flagrante a inconstitucionalidade da referida emenda e nula a sua aplicação, posto afrontar o artigo 7º, IV, da Constituição Federal, que estabelece o direito ao salário mínimo porém, *literis*: “...sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.

Ainda, como agravante existe equívoco na emenda ao se referir ao militar como “servidor público estadual militar”. É público e notório que a Constituição Federal em seu artigo 142, parágrafo 3º, a partir da Emenda Constitucional 018/98, combinado com o artigo 42 da mesma Carta Magna, os denominou simplesmente militares, por não possuírem as mesmas peculiaridades dos servidores públicos, até porque possuem regime de atuação próprios de caserna. Rejeito a emenda no todo.

Emenda Modificativa 09:

“Art. 1º ...”

§ 1º A aplicação do índice IGPM será relativa ao período acumulado do mês de maio de 2007 a abril de 2008, o índice de março do mesmo ano com arredondamento.”

Parecer: A tentativa de modificar o índice de reajuste adotado pelo projeto de lei de IPCA/IBGE para IGPM é contrário aos critérios mais justos e realísticos da economia brasileira, neste caso do Paraná. O índice adotado pelo Governo do Estado, IPCA, Mensagem nº 015/08, espelha melhor a economia consumerista das áreas de abrangência das regiões metropolitanas das maiores capitais, tais como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia. Tem como

fonte coletora estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessão de serviços públicos e domicílios (aluguel e taxas condominiais), abrangendo rendimento de um a quarenta salários mínimos.

Por outro lado o IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado da FGV - Fundação Getúlio Vargas, foi criado a pedido da Federação dos Bancos - FEBRABAN, e serve de corretor de contratos bancários. Assim que dispensa qualquer esclarecimento maior, para explicar o porquê da escolha do IPCA pelo Governo do Estado para servir de base aos reajustes salariais do funcionalismo estadual. Por estas razões sou contrário a aprovação da emenda pelo que a rejeito.

Conclusão

Portanto sou pela rejeição de todas as emendas, pelos motivos acima expostos, fazendo ressalva apenas a emenda nº 03 (três) que altera o artigo 2º, do presente projeto de lei, com a alteração que especifica.

Quanto aos aspectos da Técnica Legislativa não encontrei nenhum óbice enquadrando-se perfeitamente nos dispositivos da Lei Complementar nº 095/98.

Ao exposto meu parecer é pela rejeição das emendas números 01 e 02 e 04 a 09 e favorável a emenda nº 03.

Sala das Comissões, em 13/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Luiz Cláudio Romanelli, Tadeu Veneri, Francisco Bühner, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Carlos Simões e Reni Pereira.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1182, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, solicitando destaque para a votação da Emenda nº 09 de Planário. **Aprovado.**

Está em votação a emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria que V. Exa. determinasse a leitura da emenda antes do encaminhamento, porque nem todos têm aqui o...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, que faça portanto a leitura da emenda.

Pela ordem, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Quando fizemos a votação das emendas na CCJ houve um entendimento que cada número de assinaturas que tivéssemos para aquelas emendas, elas seriam votadas.

Tenho duas emendas e peço destaque para votá-las. Uma que diz respeito aos aposentados e outra que diz respeito aos 5% pagos a partir de 1º de maio.

Solicito que essas emendas sejam destacadas para serem votadas separadamente.

Muito obrigado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, devemos primeiro votar o projeto e depois discutir e votar as emendas?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Vou pedir aos Deputados que, por ordem de inscrição, se manifestem. Vamos organizar.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Só para tentar contribuir, o requerimento nós podemos votar. Mas antes temos que votar o projeto para, posteriormente, entrarmos no processo de discussão e votação das emendas, no qual o Deputado Marcelo Rangel está inscrito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Quero fazer uma comparação que fez o Deputado Rossoni. V. Exa. já colocou em votação e foi aprovado o projeto. O projeto. Se V. Exa. quiser eu subo no meu gabinete e trago a fita aqui e mostro para V. Exa.

V. Exa. colocou em votação o projeto e V. Exa. falou aprovado. Agora vamos votar as emendas.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Portanto, vamos discutir a Emenda nº 09.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, pergunto o seguinte: os requerimentos de destaque se referem a cada uma das emendas ou os requerimentos de destaque são para algumas das emendas?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Só para a emenda nº 09.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não tem mais nenhum obstáculo?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Tem os outros requerimentos sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quais são?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Um do Deputado Valdir Rossoni pedindo destaque para as Emendas nºs 05, 06, 07 e 08 de Plenário, do Projeto nº 170 também, devidamente apoiado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Solicitei destaque para as duas emendas que apresentei.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Não chegou à Mesa ainda.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Então, vou pedir para me inscrever para discutir as outras emendas, Sra. Presidente, porque, hoje, na CCJ, houve entendimento que iríamos votar as emendas separadamente, sem que fosse necessário pedir destaque, mas se é preciso que se peça destaque, vou fazer requerimento à Mesa para que possa defender as duas emendas que apresentei, que é justamente essa que diz 5%, com efeito retroativo a partir de 1º de maio, e a outra que contempla os aposentados e tem parecer favorável da CCJ. Vou encaminhar à Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Antes de iniciar a votação, Deputado Tadeu.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, queria fazer uma questão de ordem que, na verdade, é um encaminhamento para esta votação e queria chamar a Liderança da Oposição para que possamos ter uma postura, aqui, que seja equilibrada.

Hoje, busquei um acordo na CCJ, não obtive o acordo, mas vamos votar emenda por emenda. Foi isso que eu disse e vou repetir aqui. Agora, também é verdade o seguinte: colocar as emendas para discutir, uma por uma, desde que não seja uma forma de tentar obstruir a votação. Se for, na verdade, pedir para discutir e encaminhar todas as emendas, sinceramente, vou chamar a atenção desta Casa para votar os requerimentos em bloco, coisa que, diga-se de passagem, não gostaria de fazer. Quero perguntar à Liderança da Oposição: vamos obstruir a votação ou vamos, de boa-fé, lealmente, discutir o tema como tem que ser debatido, a favor do interesse público? Se for para obstruir, claro que vou utilizar os instrumentos regimentais para derrubar os requerimentos.

Não conseguimos fazer um acordo, mas eu, de livre e espontânea vontade disse que faria. Então, indago aqui o que a Oposição quer fazer.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

O Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, disse para nós, e deve se manifestar já em seguida, que houve um acordo lá na CCJ que as emendas seriam votadas uma por uma.

Líder do Governo, Deputado Romanelli, prestei atenção e gostaria que V. Exa. prestasse atenção ao menos nesta minha afirmação. Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, foi feito esse entendimento na CCJ para votar emenda por emenda no Plenário?

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas)

Sim.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Foi feito sim o entendimento. Não dá para tirar o direito de nenhum Parlamentar de querer encaminhar sua própria emenda. Quantas vezes fizemos acordos e respeitamos. Acordos são feitos para serem respeitados e não para serem rompidos. Então, entendo que todo Deputado, agora, tem o direito de discutir a emenda. Ninguém vai querer obstruir, mas ao menos o direito de querer se manifestar e defender a sua emenda os Parlamentares têm. Acho que não podemos tirar esse direito de ninguém.

Desculpe, Deputado Romanelli, não dá.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, gostaria de pedir pela ordem.

(Assentimento)

Já que não há entendimento por parte da Oposição, quero dizer o seguinte: felizmente, temos hoje a TV SINAL, além das notas taquigráficas, que mostram que não houve acordo na CCJ. O que eu fiz, ao término da votação? Pedi pela ordem ao Presidente Durval Amaral e disse o seguinte: “Presidente Durval Amaral, gostaria que essas emendas fossem discutidas uma a uma, ou as que fossem necessárias, de acordo com o entendimento dos Parlamentares. E continuo mantendo esse mesmo espírito. Mas, condicionado a que não haja aqui o processo de obstrução da Oposição para votar. Se a Oposição concordar e encaminhar as emendas e não discutir, concordo em manter. Se não, vamos votar os requerimentos para votar em bloco todas as emendas. A opção é da Oposição, eles que escolhem o que querem fazer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sra. Presidente, caso eu possa dar encaminhamento a esta questão, abrimos mão, na CCJ, de discutir emenda por emenda há seis horas atrás, com a presença de alguns Parlamentares. Salvo eu esteja com lapso de memória. Aí foi acordado com o Líder do Governo de que não discutiríamos emenda por emenda na CCJ, porque teríamos a oportunidade de discutirmos emenda por emenda em Plenário. Salvo eu esteja equivocado.

Agora, V. Exa. já colocou as emendas em discussão. Não há mais como retroceder. Vamos encaminhar emenda por emenda, discutir emenda por emenda, temos nove emendas. E os Deputados do Governo podem rejeitar ou de repente serem convencidos em aprová-las.

Agradeço a V. Exa. por ter me permitido dar o meu depoimento do que tratamos na CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Antes, porém, comunico ao Plenário o Requerimento nº 1184, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando prorrogação da Sessão Extraordinária por duas horas e trinta minutos, com base no artigo 86, do Regimento Interno deste Poder.

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sra. Presidente.

São nove emendas. Acredito que possamos votar e fazer as discussões, os encaminhamentos, a partir da primeira emenda. Votamos o destaque da 9ª emenda. Mas, pode deixar para a última.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Foi pedido destaque, foi aprovado para a emenda de sua autoria, Deputado Marcelo Rangel, que foi aprovada. Consulta V. Exa. se mantém ou retira o requerimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, já foi aprovado o requerimento de destaque. Vamos discutir a emenda. Só gostaria de perguntar à Mesa se é possível fazer a discussão dessa emenda porque ela é a nona. Existem outras na sequência. Gostaria de pedir para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para discutir, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Srs. Deputados, cidadãos do Paraná.

Estamos de volta à tribuna, e posso e tenho certeza que todos que estão acompanhando a TV SINAL que os ânimos estão exaltados aqui na Assembléia, mas existe um bom motivo, porque estamos discutindo algo muito importante para todo o nosso estado. Estamos discutindo a revisão salarial dos servidores públicos, dos professores, dos policiais, enfim, de todos os servidores públicos do estado.

A proposta do Governo é de apenas uma revisão de 5%. Esta é a proposta do Governo Roberto Requião. Não é reajuste salarial e não é aumento salarial. Vamos deixar isto bem claro. É apenas revisão constitucional do salário dos servidores públicos, segundo um índice, o IPCA.

Estamos pleiteando, através da Bancada da Oposição, um reajuste real, Deputado Tadeu Veneri. É isto que pleiteamos para os servidores. É por isso que também subscrevi todas as outras emendas - são nove emendas no total - e eu deixei a minha assinatura em todas. Algumas, inclusive, de Parlamentares do Governo que pedem um aumento real de até 19% para professores, para os nossos policiais e para os servidores públicos de 15%. E como essa emenda que eu propus, porque se falou aqui na Assembléia Legislativa em Lei de Responsabilidade Fiscal, falaram muito que os Deputados da Oposição, pelo fato de quererem a mesma situação, a mesma condição dada aos servidores da iniciativa privada, que foi aumento de 15%, também para a iniciativa pública, mas que isso iria ferir a Lei de Responsabilidade Pública.

Portanto, fiz um estudo bem aprofundado, Deputado Dobrandino, para que isso não ocorresse, para que Governo estivesse dentro da legalidade e pudesse oferecer um aumento real aos nossos servidores e propus a Emenda nº 09, que é a aplicação do índice do IGPM e não do IPCA - o IGPM que seria relativo ao período acumulado do mês de maio de 2007 a abril de 2008.

Por que escolhi o IGMP, Deputado Edson Praczyk? Porque o IGPM é o índice mais utilizado no Brasil. O IPCA deu 4,98, se não me falha a memória. O IGPM deu 9,8. Esta é a inflação real, Deputado Douglas Fabrício, é a inflação real.

O governo falou o seguinte: os Deputados da base governista afirmaram que o governo está dando a equiparação, a revisão salarial de acordo com a inflação, que não poderia ficar abaixo da inflação - é claro que não pode ficar abaixo da inflação - isto é constitucional, está na lei. Mas a inflação real é medida pelo IGPM, 9,8, o Governo está querendo dar apenas 5, ou seja, nós queremos o dobro, queremos uma revisão justa, com justiça para os servidores, para os nossos professores, para os servidores públicos de todas as classes, para os policiais, como batalhamos aqui até altas horas da noite, numa outra Sessão.

Não tenho dúvida nenhuma que os poucos Parlamentares da Bancada de Oposição estão dispostos a iniciar esta batalha até a hora que for. Vamos encaminhar todas as emendas, mesmo pedindo desculpas ao Deputado Jonas que está aniversariando hoje, estamos prejudicando, infelizmente, a festa de aniversário de um Parlamentar, mas o assunto é extremamente importante. Diz respeito a milhares de cidadãos paranaenses.

Portanto, peço o apoio dos Parlamentares, Deputado Valdir Rossoni, peço apoio dos Srs. Deputados para que o aumento seja real, que não seja apenas uma revisão salarial.

Se para a iniciativa privada o aumento foi de 15%, nós pleiteamos também 15%. Mas, através dessa emenda, já assegura através do IGPM, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo poderia dar - não vai mais aquela desculpa que estaria em desacordo com a lei, não - pode dar pelo menos os 10% ou seja, um aumento real para nossos servidores.

Era isso que eu tinha para dizer, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Douglas Fabrício.

Antes porém, esta presidência reassume os trabalhos, agradece a Deputada Cida Borghetti pela maneira com que conduziu os trabalhos até aqui. Quero pessoalmente, publicamente aqui pedir desculpas ao Deputado Valdir Rossoni, em hipótese alguma tive a intenção de ofendê-lo, e ele sabe muito bem disso. Apenas uma brincadeira que eu até acho de um pouco mau gosto pela adiantado da hora, mas em momento algum procurei denegrir a imagem de quem quer que fosse aqui, até porque a coisa estava muito clara para todos nós. Todos entendemos perfeitamente quando a Deputada Cida Borghetti deixou bem claro e já pudemos ver nas notas: aqueles Deputados que foram favoráveis a emenda votam SIM; aqueles que forem contrários votam NÃO.

Então, não há dificuldade alguma e renovo aqui pelo bom humor que me encontro, ao descansar um pouco, pela maneira como a Deputada Cida dirigia a

Mesa posso ter ofendido o Deputado Rossoni. De maneira alguma, é um velho companheiro, um velho guerreiro e que cumpre o seu papel aqui nesta Casa com galhardia.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade, parabenizar a Deputada Cida que fez realmente um belíssimo trabalho à frente da presidência e também a sua humildade ao estar se referindo ao Deputado Rossoni.

Sras. e Srs. Deputados, esse projeto que discutimos agora, eu lembro do ano passado, Deputado Luizão, no ano passado não tinha TV SINAL e ficamos aqui por diversas vezes, até muito mais tarde discutindo projetos, e sempre respeitamos a opinião dos Deputados. Tem uns que são a favor do projeto, outros são contra o projeto, é para isso que estamos aqui. Quando a população nos elegeu foi para discutir e votar a favor da população projetos que melhorem a vida do povo.

Falando em projeto que melhore a vida do povo vamos pensar nesse projeto, nessa emenda ao projeto do Governo, emenda proposta pelo Deputado Marcelo Rangel e por diversos outros Deputados que assinaram essa emenda propondo o seguinte: Deputado Tadeu Veneri, o Governo mandou, dias atrás, um projeto para esta Casa aumentando o valor do salário-mínimo regional e fez diversos discursos por aí, nas inaugurações de casas, etc., dizendo que a iniciativa privada pagaria 15% de aumento, o maior salário-mínimo regional do país. Ele está dizendo o seguinte: quem tem uma empregada doméstica deve aumentar o salário dela em 15%, foi aprovado nesta Casa. Naquela oportunidade já pedíamos para que o aumento se estendesse ao funcionalismo público e a base do Governo rejeitou. Agora, veio para cá o projeto do Governo para dar aumento aos funcionários públicos, muitos inclusive aqui participando desta Sessão, para poder assistir como vai votar cada Deputado.

O que o Governo está propondo aqui? Ele está propondo 5% de aumento.

Então, para a iniciativa foi 15%, agora para ele pagar é 5%. Só que também tem uma coisa que eu não consigo entender, porque ele discursa, o Governo Requião discursa por aí dizendo que o estado está muito bem, o Secretário da Fazenda vem aqui prestar conta e diz que estão ótimas as finanças do estado. Só agora para dar aumento ao funcionário público, aí não está bem. Aí não pode dar o aumento como propõem nesta emenda, Deputado Marcelo Rangel, um aumento de IGPM. Não pode, só quer dar 5%, e o IGPM daria quase 10%. Essa é uma das emendas que estamos discutindo, depois têm outras.

Fico imaginando o seguinte, o funcionário público, o policial militar vai ganhar 5% de aumento se for aprovado do jeito que o Governo quer para o seu salário, só que para pagar a empregada doméstica, ele tem que pagar 15% de aumento.

Às vezes não consigo entender porque que o Governo não acata essa emenda, porque não corrige num

índice, que é dar uma melhor valorização ao funcionalismo público. Quando é para fazer cortesia com o chapéu alheio o discurso é para 15%, agora, quando é para dar o exemplo de casa, o aumento é de 5%.

Estamos junto com o Deputado Marcelo Rangel, inclusive assinei essa emenda propondo a aplicação do índice do IGPM para o aumento do funcionalismo público, que arredondando dá quase 10%. O Governo só quer 5%. Depois teremos outras emendas para serem discutidas, o aumento de 10%, 15%, 19%.

Hoje aconteceu um fato que percebi na CCJ, Deputado Valdir Rossoni. O Deputado Mauro Moraes queria votar conosco, ou seja, com a Oposição a favor dos funcionários públicos, foi retirado da CCJ, foi substituído por outro Deputado para votar a favor do Governo.

O que eu entendi daqui? É uma manobra do Governo para manter o aumento de apenas 5%. O que ainda não está claro. Nós tínhamos uma emenda lá na CCJ parecida com essa que vamos discutir daqui a pouco que fixava a data-base para poder dar esse aumento. Porque do jeito que vamos estar aprovando aqui não está fixado. O Governo pode dar de acordo com a disponibilidade de caixa. Essa correção da emenda do Deputado Marcelo Rangel melhoraria o dobro o aumento que está sendo proposto.

Deputado Mauro Moraes, V. Exa. que foi hoje, eu até não consigo encontrar a palavra correta, foi retirado à força da CCJ por votar com a Oposição. A Oposição está a favor dos funcionários públicos, queremos um aumento maior do que os 5% que o Governo está propondo, porque para a iniciativa privada o Governo propôs 15%, então deveria ser coerente e também dar 15% para o funcionalismo público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Elio Rusch, para discutir, V. Exa. tem 10 minutos. Depois o Deputado Plauto vai discutir.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Acredito que o Deputado Marcelo Rangel foi feliz na apresentação de sua emenda que visa a correção do salário pelo índice do IGPM, que mede efetivamente a inflação do país.

O Governo do Estado, ele procura um outro índice, ele corrige o reajuste salarial pelo IPCA. Acredito que exista uma diferença considerável entre o IGPM e o IPCA. O IGPM que visa corrigir o salário do funcionalismo público estadual é o mesmo que nós pagamos no aumento dos produtos quando vamos comprá-los, que é a inflação acumulada nos últimos 12 meses. Então, nada mais justo do que se aplicar também para os funcionários no mínimo o aumento da inflação que seja o IGPM. Depois temos outras emendas que visam exatamente instituir outros aumentos. Até a questão da diferenciação entre uma categoria e outra, quando será implantado,

quando não será implantado. Mas quero dizer que o Deputado Marcelo Rangel foi feliz, sou favorável a sua emenda.

Apenas para dizer que o Governo do Estado deveria ter aplicado a inflação na correção dos salários dos nossos funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para discutir, Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (Para Discutir)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos neste momento analisando nove emendas que foram apresentadas ao projeto de lei.

Quero aqui falar em especial de duas delas. Uma delas, a emenda do Deputado Marcelo Rangel, que aplica o índice do IGPM no reajuste do salário dos servidores, sendo que o Governo do Estado do Paraná, no projeto de lei que encaminhou a esta Casa, ele impõe o reajuste do IPCA que é um índice que tem 5%.

É natural que nós Deputados que aqui estamos depois de termos votado por unanimidade, Deputado Nelson Justus, a lei que reajustou o salário-mínimo regional no estado do Paraná dando aos funcionários da iniciativa privada um índice de reajuste de 15% e neste momento, analisando esse projeto de lei de reajuste dos servidores públicos estaduais, nós nos aprofundamos nas discussões, eu e o Deputado Marcelo Rangel, a emenda a qual assinei em conjunto apresenta esse índice do IGPM que dá 10% ao servidor público estadual.

Quero aguardar aqui para discutirmos novamente, em especial, que vier para ser discutida a emenda do reajuste, igualitário, semelhante àquele reajuste que o Governador Roberto Requião concedeu aos funcionários da iniciativa privada, aos trabalhadores da iniciativa privada e pretendemos que os servidores públicos estaduais tenham o mesmo índice que foi dado para a iniciativa privada.

Vamos aguardar, vamos votar, temos mais nove emendas para serem votadas. A primeira delas é essa emenda que reajusta pelo IGPM, o qual dá 10%.

Espero que os Deputados tenham a sensibilidade e encaminhem e votem da mesma forma pela qual nós votamos o projeto de lei do salário-mínimo regional que deu 15% aos trabalhadores e funcionários da iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para discutir, Deputado Valdir Rossoni, a favor da emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Discutir)

É importante ressaltarmos porque estamos aqui às 21h10. Estamos num regime de obstruir a votação. Por que estamos obstruindo a votação, no mínimo das nove emendas que estão aí, o Governo teria que abrir mão pelo

menos de uma. Fixar a data do reajuste dos servidores. Nós poderíamos até negociar.

Por isso que tenho dificuldades de ver, às vezes, a irritação aqui, porque estamos obstruindo. Olha, estamos oferecendo nove emendas. Uma com reajuste de 19%, que quase o Mauro Moraes foi enforcado como Tiradentes. Existe uma emenda nossa de 15%, que não é nenhum absurdo, é igual o aumento que o Governador deu ao salário-mínimo regional. Não é nenhum absurdo, porque na justificativa o que é que ele disse? Que a economia do Paraná é forte, pujante e que comportava esse aumento. Se a economia comporta esse aumento é porque o estado comporta esse aumento. Mas o que nós queremos é que o servidor que está nos assistindo neste momento, a emenda do Deputado Rangel, o IGPM, no mínimo. Agora não quer lhe dar o IGPM, vai dar os 15%, se não quer dar os 15%, dá os 19% do Mauro Moraes e se não quiser dar os 19%, pelo menos não façam fantasia. Não à fantasia! Vamos fixar a data com efeito retroativo para o dia 1º de maio. Estamos aqui discutindo na calada da noite um aumento miserável de 5% e não sabemos qual é a data que será dado o aumento. Deputado Luiz Carlos, V. Exa. reúne os seus funcionários na sua rádio e diz para eles o seguinte: vocês receberão 5%, mas não sei quando.

O que os Deputados de Oposição querem aqui? Queremos pelo menos fixar a data. Será que a Oposição não pode e não merece a atenção do Governo ou dos Líderes do Governo para entrarmos em um entendimento?

Não. Estamos aqui em um mundo de fantasias, estamos aprovando um aumento que não sabemos quando será implantado. Quando será implantado? Ah, o dia que o Governo puder. E quando o Governo vai poder?

Agora, na semana passada o Governo pôde e, por decreto, aumentou mais 10 milhões para a comunicação. Por decreto. Ele nem precisou pedir para esta Casa, esta Casa nem foi consultada, este Poder aqui é um desdém, porque nós não precisamos legislar, porque somos fracos, somos inoperantes, somos incompetentes, porque quando aprovamos o orçamento, demos ao Governo a autorização para ele suplementar as verbas, remanejar as verbas em uma quantidade que ele não precisa da Assembléia.

Então, quero dizer, Deputado Rangel, que é uma luta difícil e V. Exa. deve ter percebido. É difícil? É difícil, mas os servidores que estão nos assistindo, no olhar ele deve perceber, e no mínimo gostaríamos de conseguir fixar aqui a data de quando será reajustado. Está aí a emenda, nem proposta pelo Líder da Oposição, mas por alguns Parlamentares, que diz que a implantação do aumento de 5% será feito com efeito retroativo ao dia 1º de maio. É esse o encaminhamento e por essa razão quero que os funcionários, o Presidente da Casa, os Parlamentares saibam que estamos em uma luta, porque queremos, sim, o aumento dos servidores públicos, mas pelo menos fixarmos a data se não conseguirmos o objetivo das outras emendas.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

Encaminho agora a discussão, porque tanto faz a discussão ou a votação, mas acho importante colocar já de início uma questão fundamental dessas inúmeras emendas que temos em plenário e considero, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que a Oposição nesta Casa faz o seu papel legítimo, mas tenho certeza absoluta que pelo tempo de mandato e vivência política, os próprios integrantes da Bancada da Oposição sabem que estão propondo uma emenda que não cabe votar neste projeto. Não cabe votar!

O artigo 37 da Constituição Federal, no seu inciso X, determina que o aumento ao servidor público seja dado na mesma data e no mesmo índice. Isso é a Constituição que diz. Se o Governo do Estado do Paraná quisesse dar um aumento diferenciado, ou para professor ou para policial, não poderia ser nesta matéria, porque esta matéria é a recuperação, um aumento salarial que tem que ser dado na mesma data e no mesmo índice, ponto! Não há outra alternativa para o Governo e não há para nós Parlamentares! Estamos numa Casa de Leis, Casa de Leis! Uma coisa é chamarmos os espectadores da televisão que estão nos ouvindo, outra coisa é sabermos que isso não pode! A Assembléia não pode votar nesse projeto aumento diferenciado que a Constituição diz que não! Se aprovarmos será rejeitado.

Parece que existem algumas dúvidas. O artigo 37, inciso X, diz que a remuneração dos servidores públicos, os subsídios de que trata o artigo 4º, do artigo 39, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observando iniciativa privativa de cada caso - neste caso do Poder Executivo - assegurada a revisão geral/anual sempre na mesma data e sem distinção de índice. O que nós que somos legisladores estamos discutindo, se a Constituição diz que é na mesma data e no mesmo índice, não pode ser diferente! Ora, acho que temos que passar um atestado para quem nos assiste, para quem vem aqui na Assembléia e para nós mesmos de que somos legisladores. Pode fazer o barulho que quiser, mas o servidor público consciente, o servidor que conversa com seu sindicato sabe perfeitamente que esta é a disposição constitucional.

Talvez o Governo manda daqui 30, 60, 90 dias para alguma categoria um aumento maior, já fez isso muitas vezes, mas neste instante, neste projeto não pode. Pelo amor de Deus, não vamos dar atestado de falta de conhecimento de legislação. Somos Parlamentares, somos Deputados para representar o povo votando lei, não podemos pisar em cima da Constituição. Tem um parecer na CCJ dizendo que é inconstitucional e vamos dizer: não, mesmo sendo inconstitucional vou votar porque vou mostrar que voto. Vai mostrar o quê? Vão ficar até às 3h

da madrugada discutindo um assunto que não tem discussão. A Constituição não permite.

Outra coisa: quando se fala no mesmo instante e no mesmo índice é bom lembrar de que o Governo está propondo, aqui, o reajuste, não diz que não vai pagar, mas diz que dentro da capacidade financeira do estado. É muito importante, aqui, no artigo 2º, um finalzinho que fala que de acordo com a capacidade orçamentária e financeira, o comportamento da receita... no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária... e de acordo com a ordem cronológica dos pagamentos efetuados do ano anterior. Por quê? Porque você tem um período de 12 meses, têm categorias que receberam há mais tempo ou menos tempo. O Governo nessa expressão está se comprometendo de dar pelo período de 12 meses o aumento igual para todo mundo. Se alguém receber em maio e o outro receber em junho, ele vai receber mais, um mês a mais o valor que ele estava recebendo para compensação do ano.

Portanto está redondo, está certo, não tem como votar essas emendas. Como é que pode? E aqui discordo - o Deputado Mauro Moraes foi Vereador, é Deputado e faz uma emenda para a Polícia Militar e para professores. Não é possível que com esse tempo de vida parlamentar não saiba que isso não pode! A iniciativa é do Executivo, não é do Legislativo, aumento salarial. A questão do IPCA é uma definição do Governo, que índice que propõe.

Então, para encerrar, vamos encaminhar um ou outro mais a favor ou contra, mas não vamos passar um atestado de ignorância constitucional para aqueles que nos assistem. E vamos cumprir o dispositivo do artigo 37, inciso X, e vamos cumprir, também, o do artigo 60 da Constituição Estadual que diz que é prerrogativa do Chefe do Poder Executivo. Como não pode o Executivo fixar o salário do Legislativo, não pode o Legislativo, também, fixar o salário do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fui chamado há alguns minutos para esclarecer o que havia acontecido na Comissão de Constituição e Justiça com relação aos projetos que estamos discutindo, a essas emendas que estamos discutindo. Confesso que a CCJ hoje teve três projetos da maior importância, com muita discussão e com muito debate que, inclusive, postergou o início da Sessão Plenária por mais de 40 minutos.

O que aconteceu: projeto do Tribunal de Contas, mensagem de aumento salarial do Governo do Estado e dos cargos da Saúde. Muitos acordos foram costurados, muitas propostas foram feitas. Fomos juntamente com o Deputado Romanelli, com o Deputado Alexandre Curi,

com o Deputado Ribas Carli, fomos até os estúdios da TV SINAL e pudemos analisar as imagens da reunião da CCJ. E, efetivamente, em relação ao aumento dos servidores públicos do estado do Paraná, não houve proposta de acordo. Foi lido, foi votado o parecer do Relator, Deputado Artagão Júnior, foi requerido destaque de votação para as emendas por parte do Deputado Valdir Rossoni, que foi rejeitado, naquele momento, na Comissão de Constituição e Justiça - sete a cinco e não houve acordo naquele momento. Isso tem que ficar muito claro. O acordo preexistente era em relação à votação do Tribunal de Contas. Ali sim foi discutido, foi debatido a possibilidade de acordo.

Só a título de esclarecimento. Ninguém, aqui, Deputado Nelson Justus, está faltando com a verdade ou com a palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está esclarecido. E quero esclarecer a V. Exas. como é que vamos proceder a votação nessa questão. Acabamos de discutir a Emenda nº 09, do Deputado Marcelo Rangel, coloco em votação. Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, só gostaria de esclarecer ao Deputado Caíto Quintana que fez um belo pronunciamento, mas Deputado, acho que o senhor acabou se perdendo porque estamos discutindo a Emenda de nº 09, que fala sobre a alteração do índice do IPCA para IGPM. Mas, não vou retrucar o Deputado Caíto Quintana mesmo porque tenho uma admiração muito grande pelo Parlamentar.

Na verdade, o que estamos querendo é que o Governo do Estado empregue o índice que é o mais utilizado no Brasil para a correção dos salários dos servidores. Mas, nesse último encaminhamento desta emenda, Sr. Presidente, gostaria de fazer um agradecimento especial ao Deputado Rossoni, ao Deputado Elio Rusch, ao Deputado Plauto Miró e ao Deputado Douglas que fizeram os encaminhamentos. Recebi agora mesmo um e-mail de um eleitor, um cidadão paranaense que mandou um e-mail para meu site, dizendo: "Marcelo, mas se vocês sabem que a máquina do Governo já está preparada para passar por cima de todas as emendas, eles não querem a aprovação desse reajuste irreal dos salários dos servidores públicos, por que vocês ainda sobem na tribuna, e se possível vão ficar até meia-noite, 1h da manhã discutindo?" Porque é uma prerrogativa parlamentar.

A grande riqueza do Parlamento está no debate e na discussão, e Deputado Belinati, tenho verdadeiro orgulho de participar dessas Sessões. Estamos aqui desde às 2h da tarde, é importante que as pessoas que estão nos acompanhando saibam disso, estamos desde às 2h da tarde, alguns Deputados participaram da CCJ desde às 13h30, muitos sem lanche, sem comer absolutamente nada, mas nós estamos aqui para debater um assunto que

é de extrema importância para milhares de servidores públicos, assim como os servidores que vieram aqui também para participar dessa Sessão, e sabem da importância desse debate.

Vamos sair daqui e amanhã vamos olhar nos olhos dos servidores, e eu tenho certeza absoluta, eles vão nos receber com respeito, com admiração pelo nosso trabalho, porque é isso que estamos pleiteando, respeito também, respeito àqueles servidores que merecem um reajuste real, não essa revisão que estão propondo de apenas 5%, isso é revisão pelo IPCA, o IGPM seria o mais justo, seria a justiça, seria pelo menos os 10%. Teremos outras emendas que inclusive pregam o mesmo reajuste dos servidores privados de 15%, o que eu também aprovo. Mas pelo menos vamos assegurar, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governador tem dinheiro para poder pagar os servidores públicos - 40 milhões em propaganda já se foi pelos ralos. Se tem 40 milhões em propaganda tem dinheiro também em caixa para fazer o reajuste justo para quem realmente merece que são os nossos servidores.

Então, agradeço a minha Bancada com orgulho, a vocês Parlamentares de Oposição que estão à frente dessa discussão, desse debate, e muito obrigado aos Srs. Deputados.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito Canto para encaminhar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero entrar nesse tema aqui que é palpitante, não sou advogado, nem bacharel, sou um radialista. Se eu tivesse estudado, tivesse sido um bacharel, um advogado, quem sabe eu poderia até saber mais.

Agora, estou aqui com aquilo que nós juramos ali dia 1º, subimos num banquinho e juramos: Prometemos cumprir a Constituição do Estado do Paraná. Está aqui a Constituição. E o que diz a Constituição? Vou ler agora o que diz a Constituição sobre esse tema, aumento, que diz que o legislador que faz lei não pode fazer; mas o legislador quer fazer discurso, quer aproveitar o momento e dizer: olha, o Governador ofereceu cinco, mas eu queria dar 19, queria dar 20, 30. Não sou advogado, nem bacharel, tenho a 5ª série do 1º grau, com muito orgulho, não tenho vergonha disso. O artigo - aliás, teve sanduíche aqui, algum Deputado ficou sem sanduíche aí? Teve sanduíche para todos os Deputados aqui, vocês não comeram? Todos os Deputados comeram, e bom lanche, eu comi dois, como é que não teve. Isso aqui está virando casa de Pinóquio, todo mundo comeu, o Artagão comeu quatro, o Carli comeu três, mas teve lanche sim.

Vamos parar de hipocrisia, de mentira. Está virando Pinóquio o negócio aqui.

Artigo 68, diz que não é admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado. Não precisa ler mais nada! Cons-

tituição do Estado do Paraná. O resto é jogar para a torcida. Não podemos fazer!

Só podemos mexer no aumento do servidor, sabe quando? Quando for votar o orçamento. O Deputado Caíto Quintana está certíssimo! Chega de mentira! Essas emendas não deveriam estar aqui, não.

Agora, porque o nosso Regimento está mal formulado, ele vem para o plenário para fazer demagogia, para mentir, para enganar o servidor.

Tem Lei de Responsabilidade Fiscal - artigo 21 - diz que é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesa com pessoal.

Cadê o impacto financeiro para dar um aumento de 5% para 20%? Chega de mentira, gente! Chega de enganar o servidor sofrido! Tudo isso é mentira! A lei não permite, vocês que estão na televisão ouvindo, desafio os doutores! Cadê os advogados, os bacharéis? Eu tenho a 5ª série. Não estudei. Mas aqui diz que não podemos legislar sobre isso.

Vamos dar aumento aos servidores, sabe quando? Quando vier o orçamento. Façam as emendas, aí pode!

Tudo isso é balela, senhores servidores! E vou avisar, se amanhã alguém falar que votei contra, vou entrar na Justiça. E vou entrar com um pedido de decoro parlamentar aqui, depois. Por mentira! Por enganar o povo! Por fazer demagogia! Vou ao Judiciário, sim. Semana que vem vou sobre aquele outro projeto, Sr. Presidente. Porque, na última vez, foi um Pinóquio lá e disse que votamos contra o povo. Mentira! Não podia votar! Estou preparando uma ação judicial e vou pedir para o Judiciário julgar se podíamos ou não votar. Falem o que quiser, é tudo demagogia! Pode ficar brabo! Diz aqui: não pode dar aumento!

Muito obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Ouvi atentamente o Deputado Jocelito Canto e, se ele tivesse essa constância que falou ali, com certeza ele seria o Líder do Governo.

Às vezes têm discussões aqui tênues, o que é constitucional e o que não é constitucional. Para isso, tem uma Comissão aqui, muito bem presidida pelo Deputado Durval Amaral, que trata da constitucionalidade. E que lá, às vezes, um Deputado fala que um projeto é constitucional, um outro fala que o projeto é inconstitucional. Tem um advogado que assessora o Deputado, tem outro advogado que assessora o outro Deputado e os dois advogados também divergem: um imagina que o projeto é constitucional e o outro imagina que o projeto não seja constitucional, e os dois estão embasados tanto na Constituição Federal quanto na Constituição Estadual. E aí, para se decidir o que está certo ou o que não está certo vai para o voto, e aí quem tem mais voto, ou é aprovado ou rejeitado o projeto.

Então, quando discutimos se o projeto é constitucional ou não é constitucional pode acontecer de um

Deputado imaginar que seja um projeto constitucional e, de repente, o projeto não seja constitucional. Para isso tem a Justiça. Nós já aprovamos projetos que o Governo mandou, que a base do Governo aprovou o remanejamento de cargos lá atrás e que foi aprovado por esta Casa como sendo constitucional. Aí o Deputado Rossoni, juntamente com outros Deputados, entrou na Justiça e a Justiça disse que o projeto é inconstitucional. Então, o que eu imagino? Imagino que aqui quero manter a minha coerência.

Quando fui candidato a Deputado, eu dizia na minha campanha, até pedia assim para o povo: me ajudem a ser Deputado para defender a região de Campo Mourão e para defender aquilo que eu imagino que é o correto para a agricultura, para Saúde, para Educação, para as áreas que dizem respeito à vida da população. As pessoas que acreditam com o voto, quero honrar o voto das pessoas porque, às vezes, é fácil discursar dizendo que A ou B é constitucional ou não é constitucional, sendo que lá na campanha não se falou em constitucional ou não constitucional.

No meu entender, essa emenda do Deputado Marcelo Rangel é constitucional, Presidente, por quê? Porque o que ele está propondo é apenas uma correção, a alteração de um índice. O Governo que mandou. Quem tomou a iniciativa, Deputado Marcelo Rangel, quem começou o projeto aqui, quem enviou o projeto para a Assembléia foi o Governo. Então, o projeto é constitucional. Aí cabe a nós Deputados apresentarmos alterações, mudanças, se nós imaginamos que podemos melhorar o projeto. Deputado Jonas Guimarães, nosso aniversariante da noite, como presente de aniversário de V. Exa. vou votar a favor do povo aqui, vou votar a favor dos funcionários, a favor da emenda do Deputado Marcelo Rangel que concede um aumento, muda, altera o índice do IGPM.

O Governo está propondo o IPCA, outro índice. Só com a aprovação desta emenda os funcionários, ao invés de ganharem 5% vão ganhar aproximadamente 10%. Pode, de repente, ser pouco ainda em função do aumento que sugeriu e aprovou, nesta Casa, para a iniciativa privada. É sempre bom lembrar: o Governo faz cortesia com o chapéu alheio. Até com dinheiro público já é com chapéu alheio porque quem paga os impostos é a população, é o povo que paga o imposto e o Governo administra. Agora, nós Deputados somos eleitos para trabalhar em benefício da população. Então, quando venho aqui discutir, encaminhar favoravelmente à emenda do Deputado Marcelo Rangel, propondo alterar o índice para IGPM, é porque acredito que fomos eleitos, independente do nosso grau de instrução, independente do nosso estudo.

Antigamente ninguém era obrigado a estudar, hoje é obrigado. Quanto mais a pessoa acredita no desenvolvimento do ser humano, mais investe no estudo. Quero justamente propor um aumento melhor para os funcionários públicos para que eles possam investir no estudo e na qualificação, também, dos seus filhos.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito para encaminhar, com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi aqui alguns encaminhamentos, Deputado Rangel, Deputado Douglas, Deputados que me ouvem. Aqui ninguém está mentindo. E a grande verdade é que quando falta argumento sobra grito, sobra agressividade. Acho que não há necessidade de ser agressivo, não há necessidade de ser professor, não há necessidade de nada. Estamos aqui numa boa causa. A causa é quase impossível, mas se conseguirmos andar um passo já está bom. O que estamos propondo: tem nove emendas. Que tal o Governo acenar para nós apenas com a data do aumento? É muito? Não é. Data retroativa ao dia 1º de maio. Está aí a emenda, está resolvido. Nós iríamos para casa felizes. Ninguém precisaria estar irritado, gritando. Ninguém precisaria estar chamando alguém de Pinóquio, porque na verdade, eu me sinto um verdadeiro Parlamentar, porque estou aqui, às 22h, discutindo uma questão de interesse do Paraná, interesse do servidor público.

E há pouco vi o encaminhamento correto da tribuna, quando disse que temos de nos ater quando votarmos o orçamento. É verdade. Mas, quando estivermos votando o orçamento, vamos prestar atenção em qual será o nosso procedimento. Eu alertei anteriormente. Quando votamos aqui o orçamento não prestamos atenção. Deixamos passar e autorizamos o Governo a manipular o orçamento do jeito que ele quer, por decreto. Agora, falar em inconstitucionalidade! Quem não lembra, no final do ano passado, o Deputado não pode criar despesas. Constitucionalmente correto o encaminhamento. Agora, a Bancada do Governo entrou com uma emenda, no final do ano passado, dando à Comunicação 30 milhões. E não vi ninguém batendo a Constituição no ar dizendo que era inconstitucional.

Nunca subimos aqui na tribuna para dizer que Parlamentares estavam faltando com a verdade, porque acho que a palavra mentira é muito pesada. Nunca atribui a ninguém aqui se é Pinóquio ou não. Acho que cada um tem a consciência e todos têm o direito de se conduzir da melhor forma possível que acha que deve prestar contas à sociedade. Não me sinto nem um pouquinho constrangido de estar aqui. Sinto-me honrado. Orgulhosamente no bom combate. Contra a máquina do Governo não é fácil, Deputado Douglas.

Admiro Parlamentares de 1º mandato que estão aqui lutando ferozmente. E nós, que já estamos calejados dessa luta, temos que estar aqui do lado de vocês. Mas, a proposta está feita. Acredito que todos os Parlamentares aceitam.

Vamos fazer um acordo? Retiramos as emendas, deixamos só a emenda para fixarmos a data do aumento do salário dos servidores públicos, porque estamos dando

um aumento que não sabemos quando será implantado. Esta é a razão da nossa briga e da nossa obstrução. Sabemos que estamos obstruindo, mas para mostrar e tentar convencer os Deputados do Governo que eles precisam entender que se há de se dar aumento, há de se fixar uma data, porque senão estamos trabalhando com uma data fantasma.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, rapidamente, em poucas palavras, a verdade é uma: nós aqui votamos um salário-mínimo regional, o qual o Governador passou a obrigação para a iniciativa privada de pagar ao trabalhador 15% de correção. E o que queremos fazer aqui é dar o mesmo índice que o Governador deu para a iniciativa privada para os servidores públicos estaduais. Entre as emendas que vamos votar, tem uma delas que diz isso.

Só para deixar claro: a nossa posição aqui é fazer exatamente a mesma coisa que o Governador fez para os trabalhadores do estado do Paraná, e queremos para os servidores públicos o mesmo índice.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação a Emenda nº 09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel.

Os Deputados que forem favoráveis à emenda, não ao parecer, à emenda do Deputado Marcelo Rangel, votam SIM.

Os Deputados que forem contrários à emenda, votam NÃO.

Em votação. Em apuração.

Temos 39 Srs. Deputados presentes, 40 comigo.

Vinte e quatro Srs. Deputados votaram NÃO.

Quatorze Srs. Deputados votaram SIM.

Está **rejeitada** a emenda do Deputado Marcelo Rangel.

Há sobre a mesa Requerimento nº 1183, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, requerendo destaque para discussão e votação das Emendas nºs 05, 06, 07 e 08.

Está em votação o requerimento.

Os Deputados favoráveis ao requerimento...

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, o senhor está colocando em votação o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estou colocando em votação o requerimento pedindo destaque às Emendas nºs 05, 06, 07 e 08 de

Plenário. Esse requerimento não se discute, Deputado Elio Rusch, ou sim ou não, me perdoe, é requerimento de destaque. Vota-se SIM ou NÃO. Depois da votação, aí sim vamos discutir.

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. Vai se proceder a verificação de votação, solicitada pelo Deputado Romanelli.

Os Deputados que forem contrários ao requerimento queiram levantar-se. **Rejeitado** o requerimento.

Tendo em vista que foi rejeitado o requerimento de destaque e de acordo com o artigo 170 vamos votar as emendas em grupo, aquelas que tiveram parecer favorável da CCJ e as que tiveram parecer contrário.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tenho um questionamento, e faço também ao Líder do Governo e da Oposição: como vão ser votadas as emendas com parecer favorável e as com parecer contrário? Em hipótese, obviamente isso dificilmente aconteceria, mas em hipótese de ser aprovado aqui um voto que diga que as emendas que tiveram parecer contrário todas elas passam a ser válidas, teríamos aprovado uma emenda que fala em 15%, uma emenda que fala em 7,5%, uma emenda que fala em 19% e uma emenda que fixa a data em 1º de maio. Só estou levantando este questionamento porque podemos até fazer essa votação hoje, mas tem o problema de votarmos, dentro do mesmo pacote, coisas contraditórias.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem da V. Exa. V. Exa. já tinha me questionado sobre isso, eu verifico o Regimento Interno, V. Exa. poderá encaminhar a sua emenda, mas elas serão votadas em bloco. Não há possibilidade de fazermos de outra maneira.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, o Líder do meu partido está me sugerindo aqui e estou perguntando se é possível: não podemos votar separadamente as emendas, porque não fizemos o requerimento a tempo. Agora há duas emendas, uma delas tem parecer favorável, a emenda que eu havia apresentado; a de nº 4 tem parecer contrário e é aí que entra a contradição, porque eu sou favorável, até porque fui eu que apresentei à Emenda nº 04, mas não sou favorável à aprovação da emenda que prevê 19% para os policiais militares por entender que não há como acatar-mos essa emenda e as duas emendas são diferentes e eu não posso votar a favor de uma e contrário à outra se elas estão no mesmo pacote.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. há de convir comigo que se V. Exa. tivesse requerido destaque teríamos votado em separado. Como isso não aconteceu, tenho que votá-la em bloco.

Está em votação a emenda que recebeu parecer favorável da CCJ.

A Emenda nº 03. Emenda de Plenário favorável da CCJ.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados que rejeitam a Emenda nº 03, queiram levantar-se.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos usar o painel.

Os Deputados que forem favoráveis à Emenda nº 03, votem por favor com a expressão SIM.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Vamos votar SIM. Somos favoráveis a emenda.

Qual é a Emenda nº 03?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

(**Procede a leitura da Emenda nº 03**)

“O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão e às carreiras civil e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes das aposentadorias alcançadas pela emenda constitucional federal.”

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

É a emenda do Tadeu Veneri essa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM.

Votando.

Vinte e oito Srs. Deputados votaram.

Está **aprovada** a emenda.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar o meu voto SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está devidamente registrado. Está em votação as Emendas nºs 01, 02 e 04 a 08. Votaremos em bloco com pareceres contrários da CCJ.

A palavra, para discutir, com o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamentavelmente, vamos votar em bloco emendas das mais diversas. Já percebemos que todas as emendas vão cair.

Srs. Deputados, se fôssemos aprovar todas as emendas, quando se vota em bloco uma emenda que pede 15%, outra pede 19%, uma com efeito retroativo para maio, não existe técnica legislativa capaz de corrigir um erro que a Assembléia iria cometer, caso viesse aprovar as emendas. Vou encaminhar favorável.

Vamos entender algumas coisas. Não quero discutir a Emenda nº 01, nem a nº 03, nem a nº 04. Quero discutir a Emenda nº 05 que visa conceder 15% de aumento. Por que 15% de aumento? Porque se o Governo do Estado concede 15% de aumento para o piso salarial regional que deve ser aplicado pelo setor privado e não aplica para o funcionário público, é uma injustiça que se faz dentro do estado.

Entendo que é uma emenda justa por demais. Votamos recentemente o aumento do piso salarial e agora estamos votando o aumento para o funcionalismo público e o Governo do Estado concede apenas 5%.

Quero neste momento dizer que existe uma outra emenda, que é a emenda nº 08, que visa fixar também e diz que fica assegurado a todo servidor público estadual civil e militar o vencimento básico igual ou superior ao piso salarial estadual.

O que quer dizer essa emenda? Temos as mais diversas categorias. E nós já falamos aqui, discutimos quando se votou o salário-mínimo do estado do Paraná. O soldo do policial militar é na verdade o salário inicial. Essa emenda que estamos apresentando diz que nenhum servidor poderá receber menos do que o salário-mínimo do estado do Paraná, no salário inicial, sem os adicionais.

Acredito que é por questão de justiça que se faz exatamente com o servidor público. O que mais diz a Constituição e o que diz o projeto do Governador do Estado? Implanta-se um aumento de 5% para o funcionalismo público e ele será implantado de acordo com a disponibilidade financeira. Sem marcar uma data para o vencimento. Quero pegar uma carona com o Deputado Caíto Quintana. Respeito-o por demais, ele foi o Relator da Constituição do Estado do Paraná e fez menção ao artigo 37 da Constituição Federal.

E diz a Constituição Federal no inciso X, que a remuneração dos servidores públicos - e o que trata o parágrafo 4º do artigo 39, esse fala sobre Secretários, cargos em comissão - somente poderão ser fixados e alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa de cada caso. Assegurada a revisão geral/ anual, sempre na mesma data e sem distinção de índice.

Sr. Presidente, o projeto do Governador preenche o que diz o inciso X do artigo 37 e o que é que diz, em relação ao índice, é geral. Agora, a data que o Governador pede e não é uniforme, ele diz que será implantado de acordo com a disponibilidade financeira. O que vai acontecer, Deputado Cheida?

No mês de junho, conforme a lei agora, diz que entra em vigor na data de sua publicação e não diz do efeito retroativo no dia 01 de maio. Em junho uma categoria terá aumento, em julho outra categoria terá aumento, em agosto outra categoria, em setembro outra categoria. Ora, Deputado Caíto Quintana, V. Exa. que estava na outra tribuna e que eu respeito e o senhor foi correto quando disse, mas tem que ser na mesma data e não pode ser com datas diferentes. E o artigo 27, X, da Constituição do Estado do Paraná repete por inteiro o que diz o artigo 37.

Deputado Romanelli, quero dizer que o Governo incorre em um erro. No ano passado já se fez a injustiça, já se aplicou aumento para uma categoria no mês de maio, outra em junho, outra em julho e outra em agosto e assim por diante e este ano não podemos permitir que isso aconteça novamente, porque a Constituição está clara e quem levantou por primeiro nesta noite não foi a Oposição, mas foi o Deputado Caíto Quintana, Relator da Constituição do Estado do Paraná.

É difícil para nós, Parlamentares, realmente votarmos em bloco todas essas emendas. Acho que faltou sensibilidade para a Liderança do Governo aqui na Assembléia de ao menos discutir as emendas que pudessem ser discutidas em bloco, mas jamais podemos aceitar da forma como se votam as emendas nesta noite, às 22h10, para atender ao bel-prazer da Liderança do Governo e sabemos que o rolo compressor será usado nesta noite, na votação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para discutir, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Vamos discutir todas as emendas de uma vez só, pois o Deputado Romanelli ganhou no voto. Mas é assim mesmo, porque tem que ganhar no voto. Essa é a forma correta! Vai para o voto e quem tem voto, vota. E nós que somos a minoria e que defendemos neste momento as emendas, vamos discutir e vamos levar a nossa opinião para a população do Paraná.

O que nós da Oposição queremos é que o Governador Roberto Requião seja coerente com o funcionalismo público, como diz que foi com a iniciativa privada, porque na hora de dar um aumento para a iniciativa privada, aí são 15%, mas na hora de dar um aumento para o policial militar, para o professor, para o pessoal da Saúde, enfim, todos os funcionários públicos, aí são só 5%. E quando a Oposição vem aqui defender o funcionalismo público, defender aquelas pessoas que participaram de concurso e que estão dedicando a sua vida para atender à população, queremos um aumento maior do que 5% e propusemos em uma emenda coletiva, junto com o Deputado Mauro Moraes e outros, 19% e aí dizem que somos demagogos, que propomos aquilo que não é possível ser

feito e que ficamos aqui defendendo o indefensável. Não é isso!

Acho, e o Governador tem a maioria aqui, tudo bem, vai para o voto, o Governador ganha e o povo perde.

Quando se inaugura, Deputado Cheida, uma obra na cidade, qualquer que seja a cidade, se discursa dizendo que aquela obra é importante, que tal Deputado levou a obra para aquela cidade. A maior obra nossa, agora, seria votar a favor das emendas, ampliando, aumentando o salário do funcionalismo público. Com isso estaríamos melhorando a vida dos funcionários públicos.

Recebi um holerite, Deputado Marcelo Rangel, de um professor, que inclusive tem mestrado e doutorado, e ele me mandou o holerite, está aqui o xerox e dizendo que o aumento de 5% é muito pouco, até porque lá atrás, quando aprovamos o aumento de 3,14 na média e de 17 para o professor no ano passado, ficou dois meses para trás que o Governo não pagou.

Nessas emendas, Deputado Valdir Rossoni, queríamos fixar uma data-base: que comece pagar desde o dia 1º de maio. Fizeram até um evento aqui na frente do Palácio para assinar o aumento da iniciativa privada, e veio sindicato, foi um pampeiro, era uma festa, não sei quem discursou, o Governo discursou, enfim, para a iniciativa privada pagar. Então, para a iniciativa privada pagar, uma festa do Governo, 15%. Agora, para esse professor aqui, com mestrado e doutorado, para o policial militar, aí não, aí é 5%. E não tem boca, vai para o voto e ganha no voto. E o pior é isso, não se sabe quando vai ser os 5%. E aí alguns Deputados vão lá, com toda educação defendem a sua posição e nós respeitamos. Agora, tem alguns que vão lá, não têm capacidade de defender a idéia, ofendem os outros Deputados, ofendem, chamam de mentiroso, dão alguns apelidos.

Respeito a posição de cada Deputado aqui, porque sei o quanto é difícil fazer campanha para conseguir chegar aqui, é muito difícil. E mais difícil ainda, sei o que passa no coração dos Deputados que defendem o Governo agora, é muito difícil, sei que o coração é a favor das emendas, mas por estar na base do Governo, pela coerência, vai votar contra as emendas. Respeito e entendo, sim. Agora, não posso deixar passar esse espaço aqui de vir fazer o retrato, deixar claro, mostrar a nossa posição, não só a posição do PPS, ou do Deputado Douglas Fabrício; a posição dos Deputados que fazem Oposição nesta Casa.

Queremos que o aumento seja de 19%. Uma das emendas que está aqui, inclusive com o Deputado Mauro Moraes que assinou conosco, quero agradecer o seu apoio nessa emenda, sei que V. Exa. foi hoje retirado à força da CCJ, por defender junto conosco o aumento para os policiais militares, o aumento para os professores, e que não é nenhuma demagogia não, até porque o próprio Governo já autorizou, já ganhou nesta Assembléia aqui o aumento de 15% para a iniciativa privada. E foi a festa no dia 1º de maio, não sei não se não veio banda até para fazer a festa para o trabalhador. O trabalhador merece

realmente o aumento; agora, fica ilógico, na minha cabeça não bate, policial militar que ganha um salário, vamos pegar um exemplo, vamos imaginar que o policial militar ganhe R\$ 1.000, ganha um pouco mais, porque o soldo é de 300 e poucos, mas vamos fazer a conta com R\$ 1.000 para ficar mais fácil. Se R\$ 1.000 tem 5% de aumento, vai para quanto? Para 1.050. Agora, se tivesse 15% iria para 1.150. Por que os 15%? Porque os 15% é o que o Governador deu para a iniciativa privada pagar, para esse mesmo policial militar pagar de aumento a sua empregada doméstica. Então, na minha cabeça não bate.

E quando subimos aqui para defender o policial militar, o professor, que dependem do nosso voto para melhorar o seu aumento, alguns nos chamam de demagogos. Estou aqui para votar a favor do povo. Se o Governador mandar para cá 15%, 23%, vou votar a favor do funcionalismo público. Peço o voto dos Deputados que defendem o Governo. Vamos melhorar o aumento do funcionalismo público, vamos votar a favor das emendas propostas por diversos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Volto à tribuna para defender as emendas dos servidores, mas com responsabilidade. Responsabilidade que assumi quando entrei nesta Casa. Não vou responder aos ataques rasteiros, sujos e patrocinados por aqueles que só têm interesse em eleições, na campanha eleitoral deste ano. Vim aqui para defender o que acho justo! O que acho perfeitamente legal do ponto de vista ético e moral. O Sr. Governador Roberto Requião poderia dar um aumento real, substancial aos servidores públicos. Não está dando porque não quer. Dinheiro ele tem. O Governo do Estado do Paraná tem dinheiro, e muito. Para gastar em publicidade o Governo do Estado do Paraná tem a dar com o pé. Mas para os servidores públicos não tem.

Quando questionam a legalidade, apresentamos uma emenda perfeitamente legal, constitucional, respondendo à Lei de Responsabilidade Fiscal. Não foi aprovada. E agora estamos pedindo a equiparação ao salário da iniciativa privada.

Mas, quando fui atacado por defender os servidores, por gritos, por berros, na verdade, estavam tentando me calar. Estavam tentando fazer com que eu não voltasse à tribuna para fazer os encaminhamentos das emendas. Pisaram no tomate! E vou contar o porquê. Porque falaram que ninguém poderia, no outro dia, dizer como cada Parlamentar votou, se votou a favor ou contra os servidores. Falaram daquela tribuna que iriam entrar na Justiça para tentar impedir a liberdade de imprensa.

Temos responsabilidades, assumo o meu voto. Voto a favor dos servidores públicos. E quem vota contra, amanhã estará na imprensa, porque a liberdade de

imprensa é assegurada pela Constituição. E quem, de repente, não tem a possibilidade de poder acompanhar um código, uma legislação, uma Constituição, porque não terminou os seus estudos... Deveria dar bom exemplo para todos os cidadãos, para todo mundo, continuar e se formar, porque é por meio da educação que vamos, com certeza, conseguir avançar.

Sr. Presidente, vim aqui para defender os professores. Os professores que merecem um salário justo. Antes de ser Deputado, imaginei que um dia poderia estar à frente deste microfone, que considero o microfone mais poderoso do estado do Paraná, para defender aquilo que acredito: os meus ideais. Fazemos parte de uma pequena Oposição. São 14, são 13, são 12, às vezes, menos, mas somos batalhadores e estamos sendo reconhecidos pelo nosso trabalho. Se errarmos, se votarmos de uma maneira que não seja condizente, amanhã seremos cobrados na rua. Hoje, tenho orgulho do meu posicionamento, tenho orgulho de poder subir aqui e dizer que estamos no caminho certo, defendendo o que é certo e justo pelos servidores, pelos paranaenses.

Vou receber o contraponto. Vão tentar diminuir o meu discurso, mas não é problema. Estamos numa Casa de debate e isso é democracia, mas termino aqui o meu discurso, feliz de poder ter cumprido com o meu dever. Se o Governo do Estado do Paraná nos ouvisse, ouvisse um pouquinho mais os Parlamentares, a Bancada da Oposição e principalmente o povo, porque quem se guia pelo povo não sai da trilha, não se perde nunca, se o Governo tivesse essa humildade, não estaria errando mais uma vez e o erro estará estampado em todas as páginas dos jornais, em todo estado do Paraná, amanhã, mostrando quem votou contra e quem votou a favor dos servidores públicos do nosso estado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queria só fazer um registro, aqui, Sr. Presidente. Está aqui na tribuna o pai do Deputado Douglas Fabrício, Sr. Diomiro Fabrício, da cidade de Roncador. Queremos registrar a alegria de tê-lo aqui conosco, nesta noite memorável.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito bem lembrado. Seja bem-vindo, Sr. Fabrício. É um prazer tê-lo aqui.

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto, por oito minutos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou esclarecer, Deputado Rossoni, V. Exa. não me leve a mal quando eu grito, é o estilo Jocelito de falar. V. Exa. é mais calmo, mas meu estilo é assim, não é maldade. Quando eu falei Pinóquio, eu me referi ao Deputado que disse que não tinha comido sanduíche,

mas que comeu. Então, mentiu na tribuna. Para mim é Pinóquio, cresce o nariz. Não precisa citar o nome, está nas notas taquigráficas.

Coitado do nosso Presidente, manda vir um lanche gostoso, saboroso, serve com todo carinho, comemos ali e aí ele vai à tribuna: “Ah, estamos aqui duas horas esperando, ninguém comeu nada, nem um sanduíche!” É muita falsidade. É desrespeitar o nosso Presidente. É mentir para o Presidente desta Casa e para os Deputados que estavam ali, estavam se trombando os Deputados, estavam comendo sanduíche. O que se espera de um Parlamentar que faz isso? Agora, Parlamentar vai querer me ensinar dizendo que tenho que estudar? Eu não tenho mais tempo de estudar. Tenho que cuidar do povo. Exemplo, faço um curso de Direito. Quero ser advogado, é meu sonho. Vou para a faculdade, depois de se formar precisa ter o quê? Carteirinha da OAB. Aqueles que estão querendo que eu estude, eu não quero mais estudar. Não é exemplo para ninguém. Fui um irresponsável lá atrás. Admito. Fiz a escola da vida. Graças a Deus que aprendi algumas coisas no rádio. Não sei tudo, vou continuar aprendendo. Agora, levar lição de moral de cara filhinho de papai, que estudou, se formou e não conseguiu tirar a OAB! Se eu fosse advogado queria ter a OAB, como tenho a minha de radialista profissional.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Pergunto se estamos discutindo as emendas ou a vida profissional de cada Deputado?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Deputado Jocelito Canto que prossiga, atenha-se à emenda, por gentileza.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Deputado de Rondon até há pouco tinha uma agressão, não se tocou. É que é da Oposição? Parabéns Deputado Elio Rusch.

Mas, enfim, eu aqui como Deputado não vou ser malandro, não vou enganar as pessoas. A Constituição - e qualquer bacharel devia saber disso, e o guru desta Casa depois do Aníbal Khury, para mim é o presidente da CCJ. Quem entende de leis é o Deputado Durval Amaral. Deu-me os parabéns que eu estava certo com o meu comentário que não podia fazer essas emendas. Nenhuma. Estou respaldado pelo guru, advogado. Sou um radialista, mandado para cá pelo povo para fazer isso. Agora, pelo amor de Deus, querer empurrar goela abaixo alguma coisa que não existe! O Governo anterior também não deu os aumentos. Vamos esquecer o passado, vamos tocar para frente.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. fez uma comparação, com todo o respeito que tenho por V. Exa. Tenho uma admiração por V. Exa. V. Exa. disse que não podia mexer na publicidade. Podia, Deputado, na mesma lei diz que pode. Nessa lei da publicidade os Deputados podiam mexer sim. É o mesmo artigo, 68.

Então, temos que se ater às leis. Agora, dizer que amanhã vai colocar na imprensa - estou esperando, quero ir ao Tribunal de Justiça. Quero perguntar ao Tribunal de Justiça através de uma ação para saber se isso aqui vale ou se temos que rasgar. Temos que rasgar a Constituição do Paraná? Estou só esperando. Chega de mentira. Pelo amor de Deus! Tenho que ouvir que antes de alguém chegar aqui ninguém usava gravata. Está no Regimento que é obrigado todo Deputado entrar com gravata aqui. Está aqui.

Cansei de ouvir demagogia, mentira. Chega de mentira. Cansei de ouvir lá em Ponta Grossa, não sou estudado, defendendo as pessoas sim. Não vai ter hospital regional, não vai ter isso, não vai ter aquilo. Tudo bem, não é para falar deste assunto.

Só, Sr. Presidente, para dizer que todos nós temos nossos defeitos. Eu tenho, V. Exa. tem, acabamos de admitir um agora há pouco. Nosso eminente Deputado Valdir Rossoni, grande Líder, admiro o Rossoni até quando ele me critica: “Jocelito, às vezes você vota aqui, vota lá, já foi da Oposição, da Situação” - V. Exa. também já foi. Então, V. Exa. já foi de lá, já foi de cá, já foi Líder do Governo. Então, tem que me compreender também, Deputado Rossoni. V. Exa. já bebeu água do rio de lá e do rio de cá. Tenho que respeitar a sua postura, como também tem que respeitar a minha. Sou um Deputado diferente. O senhor me entenda.

Então, Sr. Presidente, para encerrar, temos tempo ainda, estou aqui para virar, irmos direto para a rádio amanhã, que eu quero amanhã fazer rádio, contar para o servidor que teve gente aqui que descumpriu a Constituição. Eu vou contar. Não tenho medo de eleição não. Eu vou lá, porque não sou medroso. Não tenho pai, mas tive uma mãe que foi melhor que o meu pai.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não respeito apenas um Deputado. Respeito todos. E além de respeitar, respeito posições. Meus parceiros de Oposição devem ter percebido que esta questão de entra, sai, fica, sobe, eu não sei fazer cobrança, porque há determinados momentos da democracia que as coisas são desta forma.

Agora, o que me parece é que, primeiro, meu caro Deputado Jocelito, em nenhum momento estou nervoso, porque poucas vezes eu fiquei tranquilo como estou hoje.

Teve o problema da votação, fui respeitoso com a Deputada Cida, tivemos o problema com o Deputado Nelson Justus, está resolvido, temos uma longa história, mas em nenhum momento fiquei nervoso. Sentei, me calei, porque sei o momento em que posso levantar. A partir do momento que estava calmo, fui lá e encaminhei. Então, quero dizer a V. Exa. que estou tranquilo.

O que é que está pegando aqui? Vamos entrar no caldo da questão. O que está pegando é o seguinte - é a justificativa de amanhã - como é que eu vou justificar o meu voto amanhã. Aqui é a síndrome do Rangel. Síndrome Rangel aqui tem. O Rangel não pode subir aqui, com a sua inteligência, com a sua competência, com a sua qualidade, e dá uma síndrome.

Então, não há necessidade dessa síndrome anti-Rangel. Deixa o menino falar, deixa esse jovem crescer! Esse jovem está crescendo aqui junto com a Oposição, firme; também admiro o Deputado Jocelito, mas há uma síndrome Rangel. Então, Deputado Rangel, continue assim: firme, positivo, não altere a voz, o seu posicionamento foi correto.

Deputado Jocelito, a questão da síndrome Rangel, vamos esquecer a síndrome Ponta Grossa. Ponta Grossa é uma cidade maravilhosa. Estão aí os índices de criminalidade, tão cantados em verso e prosa, uma das melhores cidades do Paraná. O Paraná padece do restante: de Segurança, de Educação, de rodovias. Olha, Deputado Waldyr Pugliesi, já estão com saudades de V. Exa. Quero levar o senhor a Bituruna, a Palmas, ao Pinhão, em algumas regiões. Não tem mais estrada, Deputado Waldyr Pugliesi.

Mas o que estou dizendo aqui é o seguinte: não estou com síndrome de nada, estou com síndrome do trabalho, minha vontade aqui é mostrar que, por persistência, teríamos que convencer o Governo. Se não puder dar os 19%, que fixe a data do aumento dos servidores públicos! Está aqui a emenda subscrita pelo Deputado Elio Rusch e demais Parlamentares: “Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo a 1º de maio.” Aquele 1º de maio que o Douglas, este jovem Parlamentar falou aqui que teve festa, foguete, banda de música, 1º de maio, o 1º de maio para o trabalhador da iniciativa privada e o 1º de maio para o servidor público. É isso que nós queremos, nada mais que isso, só isso! Não precisa haver alteração. Acho que nós aqui estamos cumprindo uma função importantíssima! Aqui há articuladores, no Plenário, eu compreendo os articuladores, há Líderes, cada um desempenha a sua função.

Vamos imaginar aqui, vamos retirar estes 14 guerreiros da Oposição. O que seria isso aqui? Um convento, seria aqui um templo, porque todos diriam amém, amém, amém. Acho que o Governo deveria fazer uma homenagem à Oposição de estar aqui, diariamente, com muita coragem, com muita determinação, apontando os erros! Estamos aqui pedindo apenas, apenas, apenas: dia 1º de maio que seja a festa do trabalhador servidor público. Ele também quer o 1º de maio dele!

Agora, estamos aqui hoje e dizem que estamos sendo demagogos. Não! Quem está sendo demagogo? Quem manda um aumento para a Assembléia e não fixa data, ou quem defende que fixe a data? Quem é mais demagogo? Não estamos julgando quem é demagogo, o que estamos aqui é querendo aprovar uma lei, o quanto mais perfeita, mais correta possível para defender os servidores públicos.

Fiz uma proposta ao Líder do Governo, não fui ouvido: nós retiramos as outras emendas, vamos fixar a data para o aumento dos 5% que o Governo está oferecendo, 1º de maio, o Dia do Trabalhador, o Dia do Trabalhador festivo da iniciativa privada e da derrota do servidor público! Está aqui, estamos chovendo no molhado, parece que colocaram tampax no ouvido, não ouvem a Oposição, cometem um novo erro! Aí é claro, Deputado Elio Rusch, é lógico, amanhã o servidor público vai perguntar aos Parlamentares: “Foi aprovado o nosso aumento?” Foi. “Quando será implantado? Ah, não sei. “Que Deputado você é? Você aprova uma lei e não fixa a data? Que Deputado você é?” Ah, mas eu não podia entrar na demagogia da Oposição! “Mas que demagogia da Oposição?” Por que não mandam esse aumento da seguinte maneira: vamos dar aumento para os professores neste mês, tem o aumento dos professores. Vamos dar o aumento no mês de agosto para os militares. Tem o mês de agosto para os militares. Temos o tempo necessário, suficiente para aprovarmos todos os projetos de lei que o Governo encaminhar à esta Casa em regime de urgência.

Agora, não estamos aqui provando nada a ninguém, quem é demagogo, quem não é. A grande verdade é que estamos aqui nos enganando, estamos aprovando uma lei que não sabemos quando entrará em funcionamento, quando será aplicada, qual o dia que será colocado esse aumento aos servidores públicos!

Por isso, estamos aqui, tem pessoas que podem estar assistindo em casa e dizendo: “Mas esses Deputados estão sendo repetitivos”. Estamos, e esse debate vai continuar pelo menos por mais uma hora, porque nós queremos entrar dentro do coração do Governo. O coração do Governo é favorável ao servidor público. O Governador é favorável ao servidor público; agora, tem que provar com atitudes. Não adianta cobrar dos outros o que nós não fazemos.

Eu ontem, Deputado Pugliesi: “Um Rei foi andar nos caminhos do seu reinado, machucou os pés e voltou para casa. Ao voltar para casa com os pés machucados mandou os seus súditos recolherem todos os pedregulhos da estrada. E disse: ‘Matem todas as vacas e coloquem um couro em cima das estradas para eu andar’. Um súdito com pouca coragem disse: ‘Mas não precisa espalhar o couro, o senhor só revista os seus pés’.”

Por isso que queremos revestir os pés e mostrar o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, em votação.

Para encaminhar o Deputado Douglas Fabrício, por cinco minutos, Deputado Elio Rusch, Deputado Kielse, Deputado Jocelito e Deputado Rossoni.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, volto à tribuna para pedir voto a todos os Deputados para que aprovemos as emendas, para melhorar a vida do servidor público.

Conversei com alguns Deputados, depois que fiz o encaminhamento, Deputado Valdir Rossoni, fiquei conversando com alguns Deputados que apóiam o Governo e Deputados da Oposição, e senti que estamos conseguindo, têm alguns que já estão quase convencidos a definir como data-base o dia 1º de maio para o aumento.

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. que tem uma oratória brilhante, assim como tem o Deputado Waldyr Pugliesi, aliás, em oratória o Waldyr Pugliesi está quase em 1º lugar aqui. Vários são os Deputados que falam bem aqui nesta Plenária. Mas, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. como Líder do PMDB, sinto que alguns conseguimos convencer. Não sei se foi pela emoção, se foi tecnicamente, mas sinto que é possível que dia 1º de maio seja fixado como data-base, pelo menos esta emenda, porque senão vamos aprovar o projeto dos 5%. Daí o funcionário público pensa em comprar alguma coisa, só que ele não sabe quando vai ser esses 5%. Será que vai ser no mês de junho, será que vai ser no mês de julho? E se vir só em dezembro? Então é um aumento que daí não vale. É contar com o peixe antes de pescar. É isso que estamos fazendo aqui.

Vamos aprovar a emenda, que daí sim nós fixamos, Deputado Cheida, V. Exa. que já foi Prefeito sabe, quando um Prefeito dá um aumento considerável para os seus funcionários, que na verdade são funcionários públicos, a alegria que fica nos rostos dos funcionários quando colocam a data-base, fixando a data para que esse aumento passe a valer.

O Governador Requião fixou a data para valer para a iniciativa privada. Isso ele fez, 15% a partir de 1º de maio. E eu repito aqui: fizeram festa. Convidaram o povo, muita gente veio aplaudir, vários Deputados puderam discursar: 15% de aumento para a iniciativa privada pagar. Então, o policial militar que estava ali fazendo a guarda, a segurança, cuidando das pessoas que estavam ali naquela festa no dia 1º de maio, ele, olhando os funcionários da iniciativa privada que estavam festando, que iriam ter 15% de aumento, ele imaginou: “E eu vou ter quanto de aumento?” Só que daí vem a notícia que para o policial militar são só 5% de aumento e ainda não se sabe quando, pois pode ser em junho, pode ser em julho, pode ser em dezembro, ah, quando o Governo puder pagar. Só que na hora de prestar contas das finanças do estado, aí está tudo às mil maravilhas.

Então, quero reiterar aqui. Sei que alguns Deputados já estão convencidos e resta agora decidir pelo voto a favor das emendas e com isso melhorar o índice do aumento do funcionalismo público. Viu, Deputado Valdir Rossoni, se fixarmos a data em 1º de maio, se os Deputados da base do Governo toparem, aí fixamos a data no dia 1º de maio, retiramos as demais emendas e votamos a favor dos 5% embora eu ache que deveria dar no mínimo 15%, porque se foi feita a proposta para a iniciativa privada pagar e agora o funcionalismo público só vai ter 5%! Então, poderíamos ampliar essa festa.

Aqui sei que temos lideranças que representam os professores e que tenho certeza que ficariam muito felizes se o aumento fosse de 15%, aliás, até porque 15 é o número do Governador e aí muitos policiais militares e professores que fizeram a campanha eleitoral votaram 15, só que agora eles só ganham 5%. O 15 tinha data para assumir o mandato, mas os 5% não tem data, não sabe quando vão receber os 5%. Então, desse jeito quem perde não é só o Governo, mas quem perde é o povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Com muita brevidade só quero lembrar alguns números, baseados nas emendas que foram apresentadas. Fizemos uma reflexão e nesses últimos quatro anos e meio tivemos 90% de aumento na questão da folha de pagamento do estado, em média, Deputado Caíto. Um aumento que o Governador, pela sua linha de conduta, pela sua linha política, pelo seu histórico pessoal de quem sempre defendeu o funcionalismo público, desde o 1º mandato como Prefeito de Curitiba, a linha dura de demonstrar o limite do estado, até onde o estado pode agüentar na folha de pagamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal, que muitos Governadores esqueceram dessa lei e hoje não pagam mais os seus funcionários, ou pagam em três, quatro ou cinco vezes os seus funcionários o vencimento do mês, Governadores que buscam bilhões de reais em empréstimos e deixam um passivo muito grande no estado.

Com todo respeito a todos os Deputados que apresentaram as emendas, gostaria realmente de apresentar uma emenda de 300% aos funcionários. Gostaria! Mas nunca tivemos um Governador que fez tamanha recuperação salarial aos funcionários públicos do estado e vai fazer mais ainda este ano, se tivermos a devolução dos valores que temos de crédito da energia, do gás agora com a PETROBRAS, e tantos outros valores que o Paraná tem por direito. Vamos ter aumentos diferenciados, independente da data de 1º de maio, 1º de setembro, ou qualquer outra data, foi estipulado com os 130 sindicatos do Paraná, num acordo patronal também elaborado num índice não só das reduções dos impostos que tivemos, mas de uma realidade comercial, que falo como empresário, o empresário a partir de 2004 para 2005 obteve um crédito e uma redução de ICM, alguns chegando a zero, Deputado Marcelo Rangel. Quem hoje tem o seu pagamento mensal de ICMS até R\$ 30 mil está isento, não paga ICMS. O que aconteceu com esse ICMS que o pequeno empresário não paga mais?

A idéia do Governo era repassar esse aumento aos próprios clientes desses materiais, mas o empresário não consegue fazer isso, como eu também não consegui, mas

conseguimos nesse aumento, digamos de capital de empresas, de capital de giro, pagarmos melhor os nossos funcionários. E essa conta gráfica, que não é uma conta que o Governo inventou, não é uma conta que eu inventei, é uma conta real que os empresários podem suportar, foi repassada de uma maneira muito clara, quase R\$ 4 bilhões a mais para os funcionários da iniciativa privada. Em 2004 tínhamos a folha de pagamento em 3 bilhões e 400 por ano, hoje temos em 6 bilhões e 400 por ano dos funcionários públicos estaduais. São números de respeito, não são brincadeiras que estamos fazendo aqui.

Entendemos, Deputado Rossoni, que V. Exa., competente que é, brilhante empresário que é, está defendendo uma linha que realmente poderíamos imaginar, se não houvesse uma lei que proibisse que os Governadores perdessem o controle do seu estado. Se quisermos que o Governador perca o controle, vamos mudar a Constituição Estadual e vamos dar 100% de aumento. Isso seria realmente ideal só para o funcionalismo público. Vamos esquecer os Postos de Saúde da Mulher que entreguei um essa semana em Tambuara; vamos esquecer as casas populares que entregamos 170 casas em Campo Mourão essa semana; vamos esquecer os colégios, escolas, os postos de saúde lá de Londrina, os 24 hospitais que estão em construção e ampliação, se transformando em hospitais regionais do Paraná; vamos esquecer uma média de 1.000 funcionários a mais por hospital que está sendo concluído. Gostaria de dar 300% para cada funcionário público, mas a recuperação salarial que esse Governo fez nenhum Governo brasileiro fez. Desafio algum Governo no Brasil que tenha feito essa recuperação salarial, funcionários que chegaram à casa de 120, 130% de aumento nesses últimos cinco anos. Por isso, gostaria de acompanhar essa emenda dos 19, ou 29, ou 39, ou 109%, mas estou aqui para votar em favor do meu estado, da defesa dos funcionários, da defesa dos cidadãos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvindo atentamente os oradores que já se manifestaram em relação a esse projeto, Deputado Kielse, uma vez o Deputado Valdir Rossoni já disse, se o ex-Governador Jaime Lerner conhecesse as suas qualidades com toda certeza o senhor teria sido Líder dele, o senhor é do mesmo partido do Governador Jaime Lerner.

Dizer que esse aumento que o Governador está propondo para o funcionalismo público - temos que entender e gostaria de falar sobre o mesmo assunto.

O Deputado Douglas com muita propriedade já frisou, já falamos sobre isso e mais uma vez o Governador instituiu um aumento de 15% ou mais de 15% para o setor privado e fez uma grande festa no Dia do Trabalhador. O trabalhador da iniciativa privada que ele concedeu,

determinou, obrigou, para que as pessoas pagassem, as empresas ou para quem tem trabalhador ou empregada doméstica.

Quando chega a vez do Governador dar aumento para os seus funcionários ele vem com 5%. Vejam a diferença.

Tem frases que dizem assim: Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço; Pimenta no olho do adversário é refresco.

Como é gostoso fazer vento com chapéu alheio. Como é gostoso você determinar: você tem que pagar - eu não preciso. Você sim. Você paga! Você tem que dar esse aumento. Eu não preciso. Vou dar 5%, tudo belo e formoso.

Mais uma injustiça que eu considero no artigo 1º.

É por essa razão que apresentamos a Emenda nº 06 que está sendo votada. Fica concedido o índice geral de 5% na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico.

E os adicionais que eles têm. Sobre isso não têm 5%.

É por essa razão que apresentamos a Emenda nº 06, que confirma exatamente, porque é claro, se fosse derrotado ou aprovado outras emendas de 19% e 15% iríamos retirar a Emenda nº 06. Mas a Emenda nº 06 que nós apresentamos, ela diz que fica concedido o índice geral de 5% na remuneração dos servidores de todas as carreiras estaduais civil e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual.

O que quer dizer isso - 5% do aumento sobre o salário geral, que é correto. Pelo que entendemos para os servidores que têm alguns adicionais que não estão no quadro, eles não receberão 5% sobre o geral não.

O que diz o artigo 2º: *No restrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária, às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de acordo com a ordem cronológica dos pagamentos efetuados no ano anterior.*

Deputado Caíto Quintana, disse antes a V. Exa. quando usou esta tribuna e invocou o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, e na Constituição Estadual o artigo 27, o mesmo inciso. O que quer dizer isso? É o mesmo índice e a mesma data. V. Exa. usou esta tribuna, o aumento tem que ser na mesma data, não pode ser como quer que o Governador, de acordo com a ordem cronológica, os pagamentos efetuados no ano anterior. E como é que foram feitos os pagamentos cronológicos do ano anterior? Uma categoria recebeu no mês de maio, depois em junho, julho e outra em agosto.

Isso fere a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná. E quem levantou isso não fui eu. Quem levantou foi o Relator da Constituição do Estado do Paraná, Deputado Caíto Quintana.

Por essa razão as emendas que apresentamos, umas propondo 15%, outras 19%, se até tivessem sido rejeitadas. Mas essas emendas corretivas dizem que aplica-se o aumento retroativo a 1º de maio. Se não for

1º de maio, 1º de junho, mas para todas as categorias. Não pode ser conforme no ano anterior, senão isso vai demandar ações na Justiça sobre a inconstitucionalidade. E o Governador deverá cumprir o que determina a Constituição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Valdir Rossoni, estou com a síndrome do Aníbal Khury. Ele dizia que atrás do balcão é outra história.

V. Exa., muitas vezes teve que defender emendas como essa agora. Alguém pedia aumento e V. Exa. não permitia os aumentos. O velho “guru” dizia: “Na frente se reclama e quando se está atrás tem que pagar.”

Vejo encaminhamentos aqui maravilhosos. E muitos que estão encaminhando, fizeram exatamente o contrário do que está acontecendo hoje neste momento aqui. É só pegar as notas taquigráficas e a história desta Casa. Isso é para fazer uma comparação com o que disse o Deputado Elio Rusch. Quem não gosta de um aumento?

Quando era vendedor de banana, no Rio Grande do Sul, como era bom poder vender um pouco a mais, como ficava alegre. Todo mundo gosta de aumento! Os Deputados gostam de aumento! Nós tivemos um aumento, agora, maravilhoso! Recebíamos nove e passamos a receber 12. Ninguém reclamou, ninguém falou! Espetacular, é um baita aumento! Eu gosto desse aumento, porque fica boa a pensão alimentícia que pago. Enfim, quem não gosta de um aumento? Todo mundo gosta! Ninguém reclamou quando teve aumentos dos Deputados. Tem gente falando em aumento, mas está recebendo. Todo mundo está recebendo aumento. Todos nós gostamos de um aumento. O gari gosta, o professor gosta, todo mundo gosta do aumento. Tem gente fazendo belos discursos, mas ganhou o aumento. E ninguém ligou, ninguém se lembrou do servidor, ninguém se lembrou do policial, da professora. Ninguém se lembrou, porque estava ganhando aumento.

Quem não gosta de aumento? Todo mundo gosta! A vida melhora. O camarada pode comprar uma coisinha a mais, pode trocar o carro, pode levar a mulher para jantar. Tem gente que vai para a Itália, outro vai para a Europa, outro vai para o Rio Grande do Sul, cada um tem um jeitinho de ser, mas todo mundo gosta de um aumento.

Não vi ninguém defender o servidor. Deputado Mauro Moraes, V. Exa. que pediu aumento, agora, de 20% para os servidores e vai discursar daqui a pouco, favorável, parabéns, Deputado Mauro Moraes! Parabéns a V. Exa.! V. Exa. também ganhou um aumento e faz bem um aumento. Então, quando se fala de aumento o pessoal que está assistindo pensa: “Meu Deus, eles não querem

dar um aumento para nós!” Aí o Deputado faz 15, outro 20, outro 21, outro cinco, outro não sei o quê. Todo mundo quer dar aumento. Claro! É maravilhoso o aumento!

Para terminar, Sr. Presidente, acho que temos que cumprir mais a Constituição. Somos os homens da lei. Eu que não estudei, não sou bacharel, não sou advogado, sou apenas um coitado de 5ª série, mas pelo menos fui lá ler e vou ler mais agora. Até o Deputado Romanelli me aconselhava: “Você tem que voltar a estudar!” Mas eu não tenho mais condições. Vou continuar lendo e buscando assessoria de quem tem a lei e vou brigar pelas coisas que estão escritas aqui. Eu não me formei. Eu sei que errei, me perdoem, as crianças não façam isso, mas tem gente que estudou, estudou e não sabe ler isso aqui, minha gente! Tem gente que estudou, estudou, estudou e não sabe ler a Constituição e está enganando o povo! Quando foi para votar o aumento, quando foi para receber o aumento, está na Constituição. Todo mundo recebeu o aumento e está recebendo religiosamente em dia e com detalhe: esta Casa nunca deixou de pagar o salário dos Deputados!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há sobre a mesa Requerimento nº 1185, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente, requerendo que seja marcada nova Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Extraordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.**

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Olha, uma colaboração da Oposição: está aprovado!

A Emenda nº 07, de proposição dos Deputados Elio Rusch, Rossoni, Rangel, Douglas e Ademar Traiano, diz no artigo 2º: *Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de maio.* Nós fazemos a seguinte proposta, Deputado Romanelli: retiramos todas as emendas 15, 18, os aumentos, só queremos fixar a data do aumento dos servidores públicos. Abrimos mão de todas as emendas. É uma proposta derradeira na calada da noite. Ela é excelente. Melhor que isso, impossível.

Enquanto me contam a história do Deputado Aníbal Khury, do balcãozinho, pobre história, porque balcão eu entendo como de negócio, eu conto a história do vagalume e da cobra. Deputado, a cobra corria atrás do vagalume um dia, dois dias, três dias e, de repente, o vagalume parou, cansou. A cobra, cansadinha, querendo comer o vagalume e o vagalume disse para a cobra: “Escuta, eu fiz algum mal para você?” Ela disse: “Não fez!” Ele perguntou: “Eu pertenço à sua cadeia alimentar?” A cobra respondeu: “Não pertence!” O vagalume perguntou: “Então, por que você quer me comer?” A cobra disse: “Porque não resisto à tua luz”.

Encerro o meu encaminhamento porque tem gente que não resiste à luz. E fica aqui a minha proposta: retiro todas as emendas e fixamos o aumento dos servidores públicos retroativo ao dia 1º de maio. Melhor que isso a Oposição não pode fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na verdade, depois que encaminhei as duas emendas no primeiro projeto que votamos aqui, que diz respeito ao Tribunal de Contas, não tinha intenção de encaminhar nenhuma emenda. Mas, como foi feito um processo que todas as emendas vão ser votadas juntas e eu já coloquei uma situação possível, embora bastante difícil acreditar que possa acontecer, mas possível termos diversas emendas, por hipótese, aprovadas, diferentes entre si, o que criaria uma situação bastante complicada. Não posso deixar de encaminhar a emenda que, a pedido do Fórum dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, nós apresentamos. O Professor Luizão assinou, Deputados da base do Governo, da Oposição, que prevê a fixação da data em 1º de maio e dos efeitos financeiros a partir do dia 1º de maio.

E por que estamos insistindo nisso, Sr. Presidente? Porque o Governo, e acho que está correto, diz que fará o pagamento a depender da sua disponibilidade financeira. Ou seja, já há um resguardo da parte do Governo para que em caso de você não ter recurso, não haja cobrança de pagamento sem recurso. Tanto que há no próprio projeto a previsão de R\$ 26 milhões e 500 mil para o pagamento de todos os servidores, mês a mês, que será o valor que será acrescido na folha. Consultamos ontem o DIEESE que afirma que há essa possibilidade. Logicamente que não é o Governo e por não ser a opinião, o estudo tem o condão de nos orientar, mas não de fazer com que se transforme num processo, de fato, que possa vir aqui a convencer os Deputados.

Agora, a proposta feita pelo Deputado Rossoni, parece-me extremamente possível de ser votada, porque mesmo que votemos e os efeitos financeiros sejam a partir de 1º de maio, conforme diz a nossa emenda: “resguardada a capacidade financeira do Governo”, significa dizer que ainda que aprovemos para o dia 1º de maio, para todo mundo, depende do caixa do Governo. E aí a preocupação do Deputado Jocelito Canto com a Constituição, com os pagamentos, acho que fica de certa forma a sua preocupação contemplada, porque ninguém está obrigando, até porque não podemos fazer isso, o Governo a pagar aquilo que não tem.

O que estamos colocando é que amanhã podemos dizer para todos os servidores que, de fato, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto que prevê 5% a partir de agora. Se houver recursos, todos vão receber. Se não houver, volta-se a fazer esse debate.

O Tribunal de Justiça, Sr. Presidente, já vem fazendo isso, janeiro a janeiro zerar as perdas salariais, faz a repactuação e no ano seguinte, em janeiro, tem o valor, o percentual da inflação recomposto. Acho que isso é extremamente justo e aí me coloco numa situação bastante difícil, porque não posso votar contra uma emenda que apresentei aqui. Seria uma incoerência não só em respeito aos servidores que solicitaram que apresentássemos essa emenda, mas por uma incoerência própria. Seria incoerente eu votar contra algo que eu mesmo apresentei. Ainda que eu respeite a posição do Líder do Governo e respeite os outros companheiros que estão aqui também, mas por uma questão pessoal, de foro íntimo, eu não gostaria de votar a emenda de 19%, não gostaria de votar a emenda dos 15%, respeitando o Deputado Mauro Moraes, respeitando a Oposição, mesmo a dos 7%. Não gostaria de votar a favor dessas emendas, porque entendo que elas têm vício de origem, entendo que têm, posso estar enganado, mas entendo que têm. Respeitando a posição da Oposição em fazê-la, acho que é correto que a Oposição faça assim, ela tem que fazer essa disputa, mas não gostei de votar, mas vou votar a favor, Deputado Rossoni, vou votar a favor dessas emendas, porque nesse pacote está a emenda que apresentei e não posso ser incoerente de votar contra uma emenda que eu acredito, que foi debatida pelos servidores públicos, trazida aqui. É possível ser feito esse pagamento.

Então, infelizmente, já faço de antemão aqui, Deputado Curi, uma declaração de voto: vou votar com todas as emendas, porque infelizmente não podemos fazer algo que mais tarde sejamos cobrados: por que apresentei uma emenda e votei contra a minha própria emenda?

Então, no pacote, entre ônus e bônus, eu arco com o ônus, mas fico como o bônus da coerência de votar na emenda que eu mesmo apresentei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Romanelli, para encaminhar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Eu pediria, sei que é difícil e esta hora, mas penso, Sr. Presidente, mesmo que o senhor tenha pressa cada vez que eu vou falar, V.Exa. quer interromper, naturalmente, para que eu possa abreviar a minha fala, mas eu queria que V. Exa., inclusive, Deputado Elio Rusch, V. Exa. que é um processualista, pudesse entender o seguinte: há um comando do texto legal. O que o Governador Requião enviou a esta Casa? Dizia ainda, conversava com os Deputados Marcelo Rangel e Edgar Bueno, uma conversa franca no plenário e justamente mostrava o quê? O artigo 2º da lei, estabelece um comando, Deputado Mauro Moraes, em relação à questão do reajuste, e acho que a

proposta do Deputado Valdir Rossoni, que ele fez e sei que fez com seriedade, retiro todas as outras emendas, reconhecendo que as outras emendas são intenções, são manifestações políticas dos reajustes que estão acima das possibilidades do que o estado pode dar.

Olha, vejam bem, este reajuste aumenta em R\$ 26 milhões a despesa com pessoal, por mês. Nós gastamos hoje 529 milhões. Vamos gastar mais 26 milhões. Olha, a conta, Exas., é 236 milhões este ano; 338 milhões no ano subsequente e mais 338 milhões em 2010. Só este aumento de 5% nos próximos três anos vai impactar em torno de 1 bilhão, R\$ 1 bilhão a mais de salário para os servidores. No ano que vem vai ter mais reajuste para os servidores, mas só para dizer esse dado.

Ora, vejam V. Exas., o comando do artigo 2º, Deputado Tadeu Veneri, professor Lemos, que está aqui, Presidente da APP, vejam bem, vou ler o artigo 2º e V. Exas. não de convir que da forma que está redigido ele é garantidor em direito aos servidores públicos, no exato cumprimento da nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, Deputado Edson Strapasson.

Passo a ler o artigo 2º: *Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentário-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Planejamento de Fazenda.*

Ora, veja o comando que temos aqui neste artigo: haverá nos próximos dias uma decisão, uma resolução conjunta dos Secretários do Planejamento e da Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por que estou colocando desta forma? Porque vejam, Exas., não há aqui palavras inúteis no texto da lei, Deputado Jocelito, V. Exa. não estudou Direito, mas sabe mais Direito do que muita gente, diga-se de passagem. A última linha do artigo diz: *De acordo com a ordem cronológica dos aumentos efetuados no ano anterior.* Qual foi o ano anterior? O ano de 2007. Por exemplo, em relação a APP, Deputada Beti e Professor Luizão, o que está garantido aqui, com 100% de certeza? Os professores vão receber os 5% no mês de maio, isso é certeza porque está aqui assegurado no texto da lei. Os demais servidores, uma parte recebeu em junho e a outra em setembro, então fecha a anualidade com base nisso, no inciso X do artigo 27 da Constituição Estadual. O que ocorre? Esta ordem cronológica já está assegurada em lei.

Agora, qual é a intenção do Governo? É que em função da resolução conjunta que haverá da Secretaria do Planejamento e da Fazenda é de pagar os servidores ainda no mês de maio, mas não podemos agir de forma irresponsável, temos que ter compromisso com a verdade, compromisso com os destinos deste estado e fundamentalmente de respeito aos servidores públicos estaduais e aos militares.

Por isso, quero pedir a V. Exas. que rejeitem as emendas que, na verdade, atrapalham esse projeto. V. Exas. que rejeitem as emendas que, na verdade, atrapalham esse projeto. V. Exas. sabem que temos que votar esse projeto ainda hoje, o Governador tem que sancionar o projeto para que os professores possam receber o reajuste ainda este mês e se a receita do estado permitir, com base no atingimento dos índices previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estaremos pagando para todos os servidores públicos.

Por isso, peço pela rejeição das emendas, fazendo esse esclarecimento e pedindo a esta Casa que vote esta lei respeitando as manifestações políticas de todos os Srs. Parlamentares. Mas essa é a verdade, são os números e nós temos que respeitar o que estamos votando, que é a favor dos servidor público e esta Casa tem que cumprir o seu dever.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O último orador inscrito, Deputado Mauro Moraes.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais membros da Mesa, meu Líder Waldyr Pugliesi, espero que eu ainda possa usar este lado da tribuna.

Ouvi atentamente aqui o pronunciamento, hoje, de todos os Parlamentares da Situação e da Oposição, e passem os senhores, fiquei perplexo, porque me parece que nesta Casa temos sábios e ignorantes, falsos e verdadeiros, bons e maus, anjos e demônios. Não existem aqui nada disso, a diferença entre todos nós nesta Casa é tão pequena, tão pequenininha entre o melhor e o pior que mal dá para ver, Sr. Presidente. Cada um tem a sua forma de trabalho, uns têm Prefeitos e Vereadores, outros têm muito dinheiro, outros trabalham como eu, casa a casa, mas cada um acreditando no estilo do seu trabalho, porque se assim não fosse, Srs. Deputados, Sr. Presidente, não estaríamos aqui presentes, representando quase todos nós mais de 50 mil pessoas.

Quando apresentei esta emenda, junto com outros companheiros, que proporciona aos policiais militares e civis do Paraná, extensivo aos aposentados, um aumento sobrepondo nos 5 de 19%, dando 24%, é porque acreditamos piamente que o Governo pode dar este aumento.

Aprovamos nesta Casa um aumento para a Secretaria da Segurança de mais de 15% no ano passado para vigorar este ano, o que representa mais de 150 milhões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aprovamos nesta Casa um aumento de 5% e não é sobre o orçamento da Educação, sobre o orçamento total do estado - o que equivale a quase R\$ 800 milhões para a Educação. E por que não podemos dar este aumento de 19%, sobrepondo aos 5, aos professores do estado do Paraná? É possível, sim! E este aumento virá, Sr. Presidente. Escrevam, Srs. Deputados, o que estou falando: este ano ainda, mesmo que as nossas emendas, minha e de meus companheiros, não

sejam aprovadas, tenho certeza absoluta que o Governo vai mandar para esta Casa um aumento diferenciado aos policiais militares e aos policiais civis e, também, aos professores do nosso estado.

Tem condição sim! E na área de Segurança não podemos admitir que o agente penitenciário inicie seu trabalho ganhando R\$ 2.400 podendo chegar a R\$ 4.800, enquanto o policial militar e o policial civil ganham apenas R\$ 1.500. Quase a metade do salário de um agente penitenciário. Não queremos dizer com isso que um agente penitenciário está ganhando demais! É o policial militar e o policial civil que estão ganhando um salário miserável no estado do Paraná, frente à escalada da criminalidade que tomou conta do nosso estado. E só temos segurança se pagarmos melhor os nossos policiais, sejam os policiais civis, sejam os policiais militares.

Tenho certeza, Sr. Presidente, e convicção de que eu e meus companheiros que assinamos estas emendas e fizemos de coração, porque sabemos que os professores e os policiais têm um salário muito aquém de suas necessidades. E, repito: este ano ainda, virá a esta Casa uma mensagem do Governo concedendo aumento aos policiais e aos professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a discussão. Em votação todas as emendas. As emendas de nºs 01, 02, 04, 05, 06, 07 e 08. Todas essas emendas receberam parecer contrário na CCJ e não por isso vamos mudar a maneira como sempre procedemos aqui, na votação.

Os Deputados que forem favoráveis às emendas - foi assim que a Deputada Cida Borghetti votou - os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários às sete emendas votam com a expressão NÃO. Portanto, os favoráveis às emendas, SIM; contrários, NÃO.

Votando: 37 Srs. Deputados presentes; 20 com a expressão NÃO e 15 com a expressão SIM. Estão **rejeitadas** as emendas.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

